



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 02/2020

CONTRATO N. 02/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0002603-23.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTAS DE VEÍCULOS, PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO TRE-RO.

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Diretor Geral em Substituição, Senhor **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 149153-SSP/RO e CPF 162.517.842-53, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.**, CNPJ sob o n. 03.506.307/0001-57, com sede na Rua 18 de Novembro, nº 273 – 4º Andar – Bairro Navegantes, CEP: 90.240-040, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Telefone: (51) 3920-2200/3920-8133, Ramal 8271/8273, E-mail: licitacoes@edenred.com, neste ato representado por seus procuradores **LUCIANO RODRIGO WEIAND**, brasileiro, Gerente de Licitações, RG n. 3027063209/SSP-RS, CPF n. 952.835.520-04, E-mail: luciano.weiand@embratec.com.br, e **DIEGO VITÓRIA DE MORAIS**, brasileiro, Coordenador Administrativo, RG n. 2086252737/SJS-II-RS, CPF n. 007.275.350-13, E-mail: diego.morais@edenred.com, doravante denominada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, e consoante Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 6360/2019-PRES/DG/GABDG, de 16/12/2019, e Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante no Despacho 64/2020-PRES/DG/GABDG, de 23/01/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento de frotas de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, observado o que segue:

1. Os serviços de gerenciamento da frota compreendem a implantação, a operacionalização e a disponibilização, por meio de sistema informatizado, de postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela Contratada, para prestarem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagens de veículos, manutenção preventiva e corretiva e fornecimentos de peças, pneus e demais materiais demandados pela frota de veículos do TRE-RO.
2. O objeto deste Contrato também compreende o fornecimento de peças e de materiais nas revisões periódicas enquanto os veículos estiverem no prazo de garantia dos fabricantes, realizados nas concessionárias correspondentes à cada marca de veículo, inclusive os eventualmente locados e requisitados.
3. Todos os serviços, materiais e produtos devem ser pagos por meio de cartão magnético fornecido pela empresa Contratada, que será responsável pelo credenciamento de todos os estabelecimentos comerciais necessários à prestação dos serviços.
4. O abastecimento da frota com o fornecimento de combustíveis, lubrificantes e a manutenção leve: postos varejistas, oficinas e concessionárias credenciadas pela contratada nos municípios constantes nos itens 6 e 7 do Anexo I do Termo de Referência respectivo.
5. Compreende também o objeto deste Contrato o fornecimento de materiais e serviços especializados de manutenção elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento, balanceamento de rodas para o atendimento dos veículos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. O objeto deste Contrato se complementa com as Especificações Técnicas constantes no Anexo I do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 5.0 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Segunda – No Anexo I deste Contrato constam as especificações técnicas, que foram reproduzida do Anexo I do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Terceira - No Anexo II deste Contrato consta a relação de veículos do TRE-RO, que poderá ser alterada durante a vigência deste contrato, tendo em vista a necessidade de supressão, substituição ou inclusão de veículos.

Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por menor preço unitário.

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 05/03/2020, podendo ser prorrogado a critério da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração, nos termos definidos no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula única - Previamente à decisão acerca da prorrogação, a Administração verificará a eventual vantajosidade do ato, oportunidade na qual, em razão das condições de mercado, a contratada poderá propor a redução do percentual da taxa de administração contratada como condição para a prorrogação.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 977.952,50** (novecentos e setenta e sete mil novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme abaixo demonstrado e proposta da contratada:

	Item	Valor mensal estimado de serviços (R\$)	Período	Valor total estimado de serviços (R\$)	Taxa de administração Estimada (%)	Valor total estimado da Contratação p/ 30 meses (R\$)
LOTE ÚNICO	Serviços de gerenciamento da frota	34.166,67	30 meses	1.025.000,00	-4,59%	977.952,50

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro, entre outros.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Contrato correrão inicialmente com recursos do Orçamento Ordinário de 2020 deste Tribunal, PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.01, NOTA DE EMPENHO: 2020NE000121, de 31/01/2020, que será reforçada durante a execução contratual, sempre que necessário.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 48.897,62** (quarenta e oito mil oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento, a qual deverá ter prazo de validade durante todo a vigência deste Contrato, devendo ser observados os seguintes requisitos:

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Contrato.

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a aplicação de sanções e a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

Subcláusula Quinta – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados pela prestação ou paralisação dos serviços pela contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

Subcláusula Sexta – A garantia, ou a parte remanescente dessa garantia, será devolvida à CONTRATA após o cumprimento integral e regular das obrigações contratuais a seu encargo.

Subcláusula Sétima – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Subcláusula Oitava– A garantia será considerada extinta:

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
2. Com o término da vigência do contrato, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido, a critério do Contratante.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação vigente relativa à matéria.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - Os pagamentos à Contratada observarão o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O pagamento será efetuado mensalmente por meio de ordem bancária - ou por ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devendo ser aplicadas as devidas retenções legais.
2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) relatório contendo o demonstrativo analítico de compras de combustíveis;
 - b) relatório contendo o demonstrativo analítico de peças e serviços;
 - c) boleto bancário com código de barra.
3. Apresentada a nota fiscal e os demais documentos elencados no item anterior, o gestor do contrato fará a conferência de cada transação e, estando conforme, atestará os serviços e enviará a nota fiscal para pagamento.
4. Em caso de divergência nos valores e/ou falta de qualquer documento, a Contratada será notificada para sanar as pendências no prazo máximo de 03(três) dias.
5. Considerando que o TRE-RO é substituto tributário nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Buritis, Rolim de Moura, Vilhena, Alta Floresta do Oeste e São Miguel do Guaporé, o ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), haverá a retenção e o recolhimento, sendo estas descontadas das faturas.
6. Caso, durante a vigência contratual, outros municípios do Estado incluam este Tribunal como substituto tributário, a retenção e o recolhimento serão efetuados da forma acima descrita.
7. No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
8. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços,
9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$I \times N \times VP$

Onde: EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP - Valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira - 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Subcláusula única – Também são regras aplicáveis aos pagamentos as que seguem:

I – Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II – Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento à Contratada em caso de inobservância das condições descritas neste instrumento.

III - Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação poderá ser retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal.

IV - O pagamento, em caso de eventual reajuste ou revisão, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização administrativa desta contratação ficarão assim definidas:

1. Na Capital, ficarão a cargo do titular da Seção de Transportes do TRE-RO e/ou do seu substituto automático;
2. Nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado, a fiscalização ficará a cargo dos respectivos Administradores dos Fóruns e a gestão ficará a cargo do titular da Seção de Transportes do TRE-RO e/ou de seu substituto automático,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo-lhes avocadas as atribuições constantes na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

Subcláusula Primeira - Nos afastamentos do titular, a gestão e a fiscalização da execução deste objeto serão exercidas por seu respectivo substituto.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA –além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, são obrigações do CONTRATANTE as seguintes:

1. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução do objeto contratado;
2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
3. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
5. Efetuar o pagamento à Contratada, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e nas demais regras a ele aplicadas;
6. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
7. Dar conhecimento dos termos deste instrumento aos portadores dos cartões do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade, requisitado ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa;
9. Requerer à CONTRATADA a emissão de novo cartão, no caso de extravio ou danos ao cartão (do veículo), no prazo máximo de 7 (sete) dias consecutivos, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da mesma;
10. Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação dos mesmos;
11. Informar imediatamente à CONTRATADA o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo;
12. Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões dos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e/ou ações oriundas da utilização indevida dos mesmos;
13. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão destinado ao veículo;
14. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto deste Contrato;
15. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;
16. A existência da fiscalização por parte do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação dos serviços ora assumidos;
17. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato, e manter atualizado junto à CONTRATADA o cadastro completo dos veículos e motoristas autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

I - tipo da frota (própria, terceiros, locada);

II - placa;

III - chassi;

IV - marca;

V-tipo;

VI - combustível (gasolina, diesel, álcool);

VII - lotação - Sede ou Cartório Eleitoral;

VIII - capacidade do tanque;

IX - hodômetro; e

X - nome, matrícula e lotação dos motoristas autorizados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Incluir no cadastro, no prazo de 07 (sete) dias consecutivos, novos veículos e motoristas pertencentes à frota ou no quadro, respectivamente;
19. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e de usuário (apenas com acesso a relatórios), bem como responsabilizar-se pela troca das senhas dos mesmos em caso de demissão, férias ou mudança de lotação;
20. Como a CONTRATADA disponibilizará acesso ao Sistema de Gestão de Frotas em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo CONTRATANTE, este se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Gestão de Frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;
21. Encaminhar o veículo à manutenção para as oficinas da rede credenciada pela CONTRATADA;
22. Solicitar orçamentos para, no mínimo, 3 (três) estabelecimentos da rede credenciada e aprovar pelo sistema informatizado da CONTRATADA as ordens de serviços de peças, materiais e serviços necessários para as manutenções dos veículos da frota, observado o seguinte procedimento:
 - I – Recebida a ordem de serviços por meio do sistema, o gestor verificará se os valores de peças e serviços estão de acordo com a pesquisa de preços realizada com as oficinas credenciadas;
 - II – Estando de acordo o gestor aprovará a ordem de serviços e autorizará a execução dos serviços;
 - III – Na eventualidade de os valores estarem superiores aos levantados na pesquisa de preços será solicitado a revisão dos preços para adequá-los aos valores apurados na pesquisa de preços;
 - IV - Havendo impossibilidade pela apresentação de 3 orçamentos, caberá ao fiscal ou a o gestor, com base na prática do mercado, justificar a falta de mais orçamentos.
23. Fiscalizar in loco a execução dos serviços, cujos orçamentos apresentados foram minuciosamente analisados, prevalecendo aquele com menor preço global como regra geral, ou excepcionalmente, por item, em função da expressividade de seu valor; e
24. Determinar o refazimento dos serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e no Contrato, obriga-se a CONTRATADA a:

1. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital de licitação e de seus anexos, e no contrato;
2. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução do objeto;
3. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;
4. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, principalmente vinculados à execução do contrato;
5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
6. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
7. Arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução dos serviços de monitoramento contratados;
8. Atender às solicitações do contratante nas condições e prazos estabelecidos no presente instrumento, prestando todas as informações e orientações necessárias acerca do funcionamento e da operação dos equipamentos;
9. Acatar prontamente as solicitações do contratante, quanto à execução dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas, fornecendo garantia de 06 (seis) meses das peças e serviços realizados;
10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;
11. No caso de perda ou dano do cartão ou de inclusão de novos veículos à frota, fornecer, sem ônus para o Contratante, no prazo máximo de 10 (dez)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias consecutivos, contados do recebimento do pedido, um novo cartão para o veículo;

12. Manter, durante a vigência do contrato, os estabelecimentos credenciados conforme quantitativos especificados nos itens 06 e 07 do Anexo 1;

13. Informar mensalmente sobre inclusões ou exclusões de postos de abastecimento, oficinas, lava jato e demais estabelecimentos na rede;

14. Repassar prontamente o pagamento aos postos, oficinas, lava jatos e demais estabelecimentos credenciados que prestaram serviços ao Contratante, ficando claro e estabelecido que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, sendo a referida quitação de total responsabilidade da Contratada;

15. Manter nos postos, oficinas, lava jatos e demais estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão à rede de serviços da Contratada;

16. Providenciar pelo sistema a imediata correção de erros cometidos no processamento dos dados dos serviços executados e apontadas pelo Contratante, que possam comprometer o registro histórico das informações gerenciais;

17. Orientar a sua rede de postos credenciados que os preços praticados para abastecimento, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade constante do item 6 do Anexo 1, conforme parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo para o estado de Rondônia;

18. Orientar a sua rede de oficinas e lava jatos e demais estabelecimentos credenciados que os preços praticados para os serviços, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade constante do item 7 do Anexo 1;

19. Garantir que os postos que compõem a sua rede credenciada possuam Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e Registro de Revendedor Varejista, expedido pela ANP -Agência Nacional do Petróleo;

20. Credenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, exceto para o município de Porto Velho, em que o prazo será de até 15 (quinze) dias, postos, oficinas, autopeças, borracharias lava jato e demais estabelecimentos para manutenção elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento, balanceamento de rodas, para os serviços e aquisições para a frota de veículos do CONTRATANTE, nas cidades relacionadas nos itens 6 e 7 do Anexo I do Termo de Referência respectivo, com as respectivas quantidades mínimas de estabelecimentos, sendo que, caso a contratada não consiga cadastrar estabelecimentos, deverá, dentro do mesmo prazo, apresentar por escrito os motivos e sua comprovação, sob pena de aplicação de penalidades; e

21. Também na fase de implantação, como durante a fase de operação, a CONTRATADA deverá prestar treinamento com carga horária mínima de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8h ao gestor e usuários do sistema informatizado de manutenção da frota de veículos, no intuito de orientá-los à correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada, nos moldes definidos no inciso VIII do subitem 10.3.2, deste Termo de Referência.

Subcláusula Primeira – São outras obrigações da contratada, especialmente em relação à implantação do sistema:

1. Implantação do sistema de administração, gerenciamento do abastecimento e manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, com o fornecimento de sistema informatizado e cartões eletrônicos ou magnéticos para cada veículo, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, que habilitará os motoristas, para aquisição de produtos e serviços junto aos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, observando que:

1.1. Os trabalhos de implantação pela CONTRATADA referidos no item anterior compreendem:

- a) planejamento e levantamento de dados da frota de veículos;
- b) cadastramento dos veículos;
- c) estudo da logística da rede de atendimento;
- d) estrutura de gestão;
- e) créditos aos veículos;
- f) implantação dos sistemas tecnológicos;
- g) distribuição dos cartões;
- h) treinamento, a ser realizado na cidade de Porto Velho, compreendendo:
 - h.1) carga horária mínima de 8h para aproximadamente 10 usuários;
 - h.2) treinamento dos responsáveis pelos estabelecimentos da rede credenciada;
 - h.3) fornecimento de material de treinamento para os funcionários do CONTRATANTE, no que concerne à utilização e gerência do sistema e acesso à rede credenciada; e
 - h.4) fornecimento de manual de instruções para o CONTRATANTE, com definição do uso dos cartões, a sua rede de credenciados.

2. Tanto na fase de implantação quanto de operação, prestar treinamento ao gestor e motoristas, portadores dos cartões destinados aos veículos, bem como orientá-los quanto à correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Possuir estrutura de consultoria permanente durante a vigência contratual, observando que essa consultoria deverá ser realizada com visitas à unidade central do CONTRATANTE por profissional devidamente autorizado pela CONTRATADA, tecnicamente habilitado à emissão de relatórios e documentos específicos, que contribuam para a melhor gestão da frota de veículos, ou por meio remoto, *Call Center*;
4. Fornecer para o CONTRATANTE os cartões dos veículos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da CONTRATADA;
5. Ampliar e disponibilizar Rede de estabelecimentos credenciados, incluindo outras localidades, mediante solicitação do CONTRATANTE, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido;
6. Pagar pontualmente os estabelecimentos credenciados, pelos valores devidos, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;
7. Fiscalizar os serviços sistêmicos prestados pela rede credenciada para obter um resultado satisfatório do sistema;
8. Dispor permanentemente para o CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota de veículos, obtidos durante a vigência do contrato, no formato e padrão definidos pelo CONTRATANTE, e compatíveis ao seu sistema informatizado;
9. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços realizados nos veículos da frota** nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo TRE-RO;
10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis resultantes da execução do Contrato;
11. Indicar e manter preposto, aceito pelo TRE-RO, para representar a CONTRATADA, durante a execução do Contrato.

Subcláusula Segunda – Também são obrigações da Contratada:

1. Manter-se, durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de habilitação e de qualificação exigidas no edital da licitação que ensejou a contratação, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração superveniente e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Pública e Justiça do Trabalho sempre que solicitados, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Oferecer GARANTIA, conforme estabelecido neste Contrato;
3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
4. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal do contrato, todas as determinações do contratante, especialmente quando tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento;
5. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
6. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - 6.1) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;
 - 6.2) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.
7. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO;
8. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do contrato;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA – O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste Termo de Referência sujeita a Contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- a) O atraso injustificado na implantação, na entrega e/ou substituição dos cartões magnéticos poderá ensejar multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução total do contrato a partir do décimo primeiro dia de inadimplência da obrigação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) O atraso injustificado na manutenção dos estabelecimentos credenciados nas quantidades exigidas no presente instrumento poderá ensejar multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução parcial total do contrato a partir do décimo primeiro dia de inadimplência da obrigação;

c) Atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até 10 (dez) dias consecutivos;

d) Atrasos injustificados superiores a 10 (dez) dias, no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

1. A inexecução parcial ou total da obrigação poderá ensejar a rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei n. 8.666/93 e Art. 7º da Lei n. 10520/02;
2. Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência;
3. Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas;
4. A multa punitiva prevista no Art. 87, II, da Lei n. 8.666/93, poderá ser de até 30% (trinta por cento) devendo da extensão e gravidade do descumprimento;
5. As multas previstas nesta Cláusula não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
6. Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o Contratante, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas a regras da Instrução Normativa n. 04/08, disponível no site deste Tribunal;
7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
8. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário);

9. No caso de a contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa ou condenação eventualmente imposta dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário),

10. Caso não seja suficiente o valor do pagamento a que fizer jus a contratada para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela Contratada através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009);

11. No caso da contratada não ter nenhum valor a receber do TRE-RO, esta deverá recolher o valor da multa ou condenação aplicada através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

12. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 25, § 3º da Lei 10.522/02).

13. Caso a CONTRATADA não recolha o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União, devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

14. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas, e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão, ainda, ser inscritos no Cadastro Interno de inadimplentes do TRE/RO - CAI2,

15. O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATANTE observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser rescindido de pleno direito por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração;
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Primeira – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Segunda – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65 e §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Em razão da natureza dos serviços, para os quais a contratada será remunerada pela taxa de administração incidente sobre os valores efetivamente executados, o percentual da taxa de administração não poderá ser reajustado durante a vigência deste Contrato, podendo, todavia, ser objeto de redução na hipótese descrita no inciso III do subitem 8.2.1 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sétima - Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 10.024/2019, 3555/2000 e 9.507/2018, na Resolução TSE 23.234/2010, na Resolução CNJ 169/2013; e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e, ainda, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO nº. 004/08.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente contrato os incisos X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 03 de fevereiro de 2020.

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO Pelo CONTRATANTE	
LUCIANO RODRIGO WEIAND Pela Contratada Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	DIEGO VITÓRIA DE MORAIS Pela Contratada Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I AO CONTRATO N. 02/2020

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1-INTRODUÇÃO

Este documento estabelece os critérios para a contratação de Gerenciamento da frota de veículos oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, bem como de requisitados e/ou cedidos.

2. DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO LEVE DA FROTA DE VEÍCULOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 - A REDE DE POSTOS, OFICINAS E LAVA JATOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA DEVE FORNECER OS COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, MATERIAIS, COMPONENTES E SERVIÇOS ABAIXO DESCRITOS, COM PREÇOS À VISTA:

2.1.1 - Combustíveis dos tipos: gasolina, álcool e diesel comum, S-10 e ARLA 32.

2.1.2 - Reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de para-brisa.

2.1.3 - Reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento.

2.1.4 - Serviço de conserto de pneus.

2.1.5 - Serviço de lavagem em automóveis, utilitários, micro-ônibus e caminhão.

2.1.6 - Serviço de aplicação de cera em automóveis, utilitários, micro-ônibus e caminhão.

2.1.7 - Serviço de manutenção preventiva (troca de óleo, filtros e lubrificantes);

2.1.8 - Serviço de manutenção corretiva com fornecimento de peças e pneus.

2.2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO LEVE DA FROTA DE VEÍCULOS 2

2.2.1- Os serviços contratados compreendem o fornecimento de:

I - sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas do abastecimento e da manutenção leve da frota de veículos do CONTRATANTE;

II - sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema;

III - cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações, sendo um para cada veículo;

IV - informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, identificação do motorista e respectiva lotação, datas e horários, tipos de combustíveis, lubrificantes, peças, componentes e serviços, que poderão ser alimentados por meio eletrônico, e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis ao CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - processo de consolidação dos dados financeiros e operacionais da frota de veículos e emissão, pela Internet, dos seguintes relatórios ao CONTRATANTE:

- Financeiros:

1. Despesas com o abastecimento e manutenção por veículo;
2. Análise de consumo de combustível;
3. Histórico de quilometragem da frota;
4. Relatório de preços praticados em postos;
5. Despesas por tipo de mercadoria; e
6. Despesas por lotação.

- Operacionais:

1. Inconsistência de hodômetro;
2. Veículos com desvio da média km/litro padrão;
3. Controle do vencimento das carteiras nacionais de habilitações dos motoristas; e
4. Veículos com abastecimento acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção que venham a ser especificados pelo TRERO, desde que as informações estejam disponíveis no sistema da CONTRATADA.
5. Rede de postos varejistas de abastecimento equipados para aceitar transações com os cartões vinculados ao sistema destinados aos veículos; e
- 6 Sistema tecnológico integrado para viabilizar, através dos cartões dos veículos, o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis, lubrificantes e manutenção leve junto à rede credenciada de postos varejistas de abastecimento.

2.4 - DOS CARTÕES PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA DESTINADOS AOS VEÍCULOS

2.4.1 - Cada cartão destinado ao veículo é de uso exclusivo do veículo nele identificado, não sendo permitido o abastecimento ou qualquer outra despesa em veículo diverso daquele, sendo responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de solução que iniba ou identifique, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

2.4.2 - O cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva da CONTRATADA, devendo ser devolvido, pelo CONTRATANTE, em caso de rescisão do presente contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.3 - Somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito de cada veículo. E capacidade do tanque de combustível

2.4.4 - Na hipótese do crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outras), apenas o responsável pela gestão dos veículos, e devidamente autorizado pelo CONTRATANTE, poderá realizar um crédito adicional, somente, para o período necessário.

2.4.5 - O sistema deverá imprimir no comprovante de transação as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o CONTRATANTE, as quais são indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

I - o saldo remanescente do cartão destinado ao veículo;

II - o hodômetro do veículo, no momento do abastecimento;

III - o nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação de compra de mercadorias ou serviços;

IV - a data e hora da(s) transação(ões), quantidade de mercadorias ou serviços comprados;

V - tipo da mercadoria ou serviços comprados; e

VI - valor total da operação e código de identificação do motorista.

2.4.6 - O CONTRATANTE, não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer item de combustíveis, materiais e serviços de manutenção leve realizada sem autorização expressa da CONTRATADA; neste caso caberá ao posto o ônus da venda indevida.

2.4.7 - É de responsabilidade do CONTRATANTE garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções, a CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios que possibilitam a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção.

2.5 - DO USO DOS CARTÕES DESTINADOS AOS VEÍCULOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA

2.5.1 - Para utilização do cartão do veículo o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da CONTRATADA, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, mercadorias e serviços autorizados para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota do CONTRATANTE,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor da compra, quantidade e tipo de mercadoria ou serviço comprado. Finalizada a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da CONTRATADA instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes às compras de mercadorias e serviços realizados no referido estabelecimento, o qual constituir-se-á em título extrajudicial. O portador deverá encaminhar o referido termo impresso às respectivas áreas definidas pela estrutura de gestão do CONTRATANTE que serão amplamente divulgadas.

2.5.2 - Em caso de danos involuntários no cartão do veículo, ou em equipamentos da CONTRATADA, instalados em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a CONTRATADA a disponibilizar procedimento de compra contingência!, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da CONTRATADA, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do CONTRATANTE, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

2.5.3 - No caso de impossibilidade de acesso à rede da CONTRATADA, pelos estabelecimentos credenciados ou pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar o procedimento por meio de serviço de atendimento ao cliente, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, de forma a garantir a operação com segurança dos dados imprescindíveis para o CONTRATANTE.

3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

3.1- Prestação de serviços de manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, com fornecimento de peças, componentes, pneus e demais materiais e serviços pelas oficinas e autopeças credenciadas, nas especialidades mencionadas no quadro abaixo:

MATERIAIS E SERVIÇOS	
CÓDIGO	ESPECIALIDADE
1	MECÂNICA E ELÉTRICA
2	FUNILARIA E PINTURA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	BORRACHARIA
4	PNEUS
5	AUTOPEÇAS
6	LAVA JATO

3.4- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E RESPONSABILIDADES DAS OFICINAS E AUTOPEÇAS CREDENCIADAS PELA CONTRATADA.

3.4.1- PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS O CONTRATANTE SÓ ACEITARÁ COMO CREDENCIADAS PELA CONTRATADA, AS OFICINAS QUE DISPONHAM DOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS:

3.4.1.1- microcomputador, impressora e conexão à Internet.

3.4.1.2- boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal.

3.4.1.3 - equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas.

3.4.1.4 -ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade.

3.4.1.5 - área física adequada à prestação dos serviços de manutenção.

3.4.1.6 - macacos do tipo "eleva-car".

3.4.1.7 - equipe técnica preferencialmente uniformizada.

3.4.2 — Executarem os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais, nas suas instalações, independentemente ou não da marca do veículo.

3.4.3 - Responsabilizarem-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela oficina, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após o vencimento do Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.4 - Responsabilizarem-se integralmente pelos veículos que estiverem sob sua guarda, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-os à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a sua devolução ao CONTRATANTE.

3.4.5 - EXECUTAR OS SERVIÇOS SOLICITADOS, COM PESSOAL QUALIFICADO, MEDIANTE O EMPREGO DE TÉCNICA E FERRAMENTAL ADEQUADOS, DEVOLVENDO OS VEÍCULOS AO CONTRATANTE EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, OBSERVANDO-SE AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

3.4.5.1- Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços.

I — No caso de mau atendimento, o CONTRATANTE não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada pela CONTRATADA, e fará um comunicado a esta, dos fatos que motivaram tal decisão; e

II - O CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada pela CONTRATADA, mediante apresentação de três orçamentos, a fim de estabelecer um parâmetro com os preços de mercado. Caso não seja possível a análise do menor preço através da apresentação de mais de um orçamento, o CONTRATANTE estabelecerá o parâmetro com os preços de mercado por outros meios.

3.4.6 - Fornecer sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.

3.4.7 - Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo CONTRATANTE, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional/ a qualquer título, mesmo nas aquisições e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços recebidos pelo CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

3.4.8 - Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, originais ou similares, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens recondicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização escrita do CONTRATANTE.

3.4.9 - Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar diretamente com o CONTRATANTE.

3.4.10 - Atender com prioridade as solicitações do CONTRATANTE, para execução de serviços durante o período eleitoral, compreendido entre agosto e novembro em anos de eleições.

3.4.11- Fornecer em seu orçamento a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço, prazo de garantia e o custo dos serviços a serem empregados para aprovação do CONTRATANTE.

3.4.12 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender.

3.4.13 - Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (acessórios), causadas por seus empregados, prepostos, ou às subcontratadas.

3.4.14 - Devolver, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a conclusão dos serviços, o veículo (limpo internamente e lavado externamente), com todas as peças e componentes que foram substituídos, sem que isso traga ônus para o contrato.

3.4.15 - Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do CONTRATANTE.

3.4.16- Manter estrutura de "leva e traz" destinada ao atendimento, quando necessário, aos veículos com problemas, tendo como objetivo, apanhar o veículo nas instalações do TRE/RO, e, após a conclusão dos serviços, devolvendo-o no mesmo focal.

3.4.17 - Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor do CONTRATANTE,

3.4.18 - Arcar diretamente com as despesas necessárias para a realização de inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consertados/recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado danos de média monta. Entendendo por média monta, os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de segurança especificado pelo fabricante, e que reconstituídos, possam voltar a circular nas vias públicas.

3.4.18.1- O pagamento das despesas realizadas pela oficina credenciada da CONTRATADA relativo às vistorias e laudos técnicos nas hipóteses a que se referem o subitem "3.4.19", serão liquidadas à CONTRATADA através do contrato, sendo que a liquidação somente ocorrerá com a emissão de vistoria e/ou laudo que comprove que o veículo possui perfeitas condições técnicas para circular em vias públicas com segurança.

3.4.19 - Atender às necessidades de manutenção da frota em regime de:

3.4.19.1 -Assistência a uma ou a multimasas de veículos.

3.4.19.2 - Assistência a uma ou mais categorias de veículos previstas no subitem 3.2.

3.4.19.3 -Assistência a uma ou a várias especialidades.

3.4.20 - Durante o atendimento ao veículo a oficina credenciada pela CONTRATADA deverá:

3.4.20.1 - Receber e inspecionar o veículo do CONTRATANTE.

3.4.20.2 - Enviar para o CONTRATANTE via Internet, através do sistema informatizado da CONTRATADA, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo com as descrições das peças, materiais, e serviços com os tempos de execução em horas e preços líquidos.

3.4.20.3 - Somente executar os serviços após autorização expressa do CONTRATANTE, através do sistema informatizado da CONTRATADA, ou conforme orientações da Seção de Serviços Gerais e Controle de Terceirizados do TRETO.

3.4.20.4 - Fornecer para os veículos do CONTRATANTE, peças e componentes genuínos, originais ou similares, para toda linha automotiva nacional.

3.4.20.5 - Prestar serviços de forma regular e eficiente, disponibilizando profissionais qualificados para tanto.

3.4.20.6 - Responder cível e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato.

3.4.21 - Para os fornecimentos de peças, componentes e materiais para manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, a rede de autopeças credenciada pela CONTRATADA, deve:

3.4.21.1 - Somente fornecer peças, componentes, acessórios e materiais após autorização expressa do CONTRATANTE, através do sistema informatizado da CONTRATADA, ou conforme orientações da Seção de Serviços Gerais e Controle de Terceirizados.

3.4.22 - Todas as oficinas e autopeças credenciadas pela CONTRATADA devem fornecer as peças, componentes e materiais com preços à vista.

3.4.23 - Disponibilizar serviço de guincho quando necessário, onde houver estabelecimentos credenciados, quando os veículos oficiais da Frota do TRE e requisitados de outros órgãos estiverem impossibilitados de se deslocarem até as oficinas.

3.5 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PELA CONTRATADA

3.5.1 - OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO COMPREENDEM:

3.5.1.1 - Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle da vida mecânica e das despesas com manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE.

3.5.1.2- Sistemas operacionais para processamento das informações nos computadores do CONTRATANTE pela Web (Internet).

3.5.1.3 - A CONTRATADA disponibilizará acesso ao CONTRATANTE do seu sistema informatizado, o qual possibilitará emissão de relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico/sintético por veículo, contendo todos os serviços de manutenções, individualmente discriminados por veículo apresentando data, hora, local, quilometragem, descrição das peças, componentes, materiais e serviços empregados, juntamente com o relatório dos valores devidos a título de taxa de administração.

3.5.1.4 - Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação do veículo, e respectiva lotação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerência! de dados disponíveis para o CONTRATANTE e todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acompanhamento do Contrato, tais como: Tabelas de Grupo, Materiais e serviços genéricos.

3.5.1.5 - Processo de consolidação de dados, e emissão de relatórios para o CONTRATANTE pela Internet.

3.5.1.6 - Rede de oficinas mecânicas e autopeças equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.

3.5.1.7 - Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, junto às oficinas credenciadas.

3.5.1.8 - Envio para arquivamento do CONTRATANTE das notas fiscais liquidadas junto da rede de oficinas e autopeças credenciadas, e em formato digital pelo menos as seguintes informações das notas fiscais entregues: razão social, endereço completo, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Data de emissão, modelo da Nota Fiscal/Fatura, natureza da operação, série da Nota Fiscal/Fatura, valor total de produtos, valor total de serviços, valor total da Nota Fiscal/Fatura.

3.5.1.9 - Ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE sobre a CONTRATADA, não eximirá a mesma de total responsabilidade quanto à execução dos referidos serviços.

4. DOS RELATÓRIOS

4.1 - Os Relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- a) relação dos veículos por marca, modelo e ano de fabricação;
- b) histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida e valor total da operação e saldo do cartão;
- c) análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
- d) quilometragem percorrida pelos veículos;
- e) histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo TRERO;
- f) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- g) preço médio pago pelas mercadorias/serviços adquiridos pela frota;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h) descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- i) relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;
- j) relatórios constando apenas os veículos que apresentaram distorções em termos de quilometragem/hora e consumo de combustíveis;
- k) relatório do histórico da vida mecânica, com a discriminação das peças, componentes, materiais e serviços, com dados da garantia e valores;
- l) relatório do histórico do limite de consumo de combustível, contendo no mínimo a placa, marca, tipo e ano do veículo, data, hora, local, nome do servidor, nome do estabelecimento, quantidade de litros, hodômetro, valor unitário, valor total, média km/l prevista e realizada, limite previsto e realizado e preço médio do combustível.

Este relatório tem por objetivo controlar as variações dos valores limites do consumo de combustível previstos pelo Tribunal com base nos valores realizados;

(*) Os limites do consumo de combustível poderão ser fixados a critério do TRE/RO, por veículo ou por lotação e poderá ser definido em função da:

I – Quantidade de litros;

II - Valor do combustível; e

III- Quilometragem percorrida.

m) o CONTRATANTE pode, a qualquer momento, solicitar novos relatórios, de acordo com a sua necessidade; e

n) disponibilidade para o CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro horas) contadas da ocorrência do evento, das informações referentes às operações da frota por meio eletrônico via download, em arquivos nos formatos e descrições de campos a serem fornecidas pelo CONTRATANTE.

5. DO SISTEMA INFORMATIZADO

5.1 - DOS DADOS DO SISTEMA

I - Para fins de back-up, a CONTRATADA fornecerá trimestralmente à Seção de Transportes, em mídia eletrônica (CD) ou outro meio, todos os dados dos eventos cadastrados, referentes à frota do CONTRATANTE, no seu sistema informatizado.

5.2 - DA PARALISAÇÃO DO SISTEMA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 - Quanto à análise, diagnóstico e solução de problemas relativos ao sistema, o CONTRATANTE e a CONTRATADA determinarão a severidade do problema, de comum acordo, respeitadas as situações abaixo:

a) SEVERIDADE UM: Corresponde a problemas que acarretem a paralisação do sistema; cabendo à CONTRATADA alocar todos os seus esforços objetivando sua solução, valendo-se, inclusive, de suporte e consultoria externa, num prazo máximo de 24 horas da devida comunicação formal do problema de forma clara e precisa;

b) SEVERIDADE DOIS: Corresponde a um problema que cause grande impacto ao sistema; cabendo à CONTRATADA alocar seus esforços objetivando a solução, num prazo de até 72 horas da comunicação formal do problema de forma clara e precisa; e

c) SEVERIDADE TRÊS: Corresponde a um problema que não afete a operacionalidade do sistema, cabendo à CONTRATADA viabilizar uma situação de contorno enquanto investiga sua solução definitiva.

6. DAS CIDADES COM POSTOS DE ABASTECIMENTO

CIDADES	QUANTIDADES MÍNIMAS DE POSTOS
Porto Velho	10
Distrito de Extrema	01
Distrito de Abunã	01
Distrito de Jaci Paraná	01
Guajará Mirim	02
Nova Mamoré	01
Candeias do Jamari	01
Itapuã do Oeste	01
Ariquemes	04
Monte Negro	01
Alto Paraíso	01
Cacaulândia	01

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cujubim	01
Rio Crespo	01
Machadinho do Oeste	02
Vale do Anari	01
Jaru	03
Governador Jorge Teixeira	01
Theobroma	01
Ouro Preto do Oeste	03
Mirante da Serra	01
Nova União	01
Teixeirópolis	01
Vale do Paraíso	01
Ji-Paraná	04
Presidente Médici	01
Cacoal	04
Ministro Andreazza	01
Espigão do Oeste	02
Pimenta Bueno	02
Primavera de Rondônia	01
Vilhena	04
Chupinguaia	01
Colorado do Oeste	02
Cabixi	01

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cerejeiras	02
Corumbiara	01
Pimenteiras de Rondônia	01
Rolim de Moura	03
Castanheiras	01
Novo Horizonte do Oeste	01
Santa Luzia	01
São Felipe do Oeste	01
Alto Alegre dos Parecis	01
Parecis	01
Alta Floresta do Oeste	02
Nova Brasilândia do Oeste	01
São Miguel do Guaporé	02
Seringueiras	01
Costa Marques	02
São Francisco do Guaporé	01
Alvorada do Oeste	02
Urupá	01
Buritis	02
Campo Novo de Rondônia	01

7 - DAS CIDADES COM OFICINAS PARA MANUTENÇÃO

ATENDIMENTO DE MANUTENÇÃO	
CIDADE	Quantidades Mínimas de Estabelecimento Por Especialidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	1	2	3	4	5	6	Total
Porto Velho	8	3	3	4	10	5	33
Guajará Mirim	2	1	1	2	3	1	10
Ariquemes	3	2	2	3	5	2	17
Buritis	2	1	1	2	3	1	10
Machadinho do Oeste	2	1	1	2	3	1	10
Jaru	3	2	2	3	5	2	17
Ouro Preto do Oeste	3	2	2	3	5	2	17
Ji-Paraná	3	2	2	3	5	2	17
Presidente Médici	2	1	1	2	3	1	10
Cacoal	3	2	2	3	5	2	17
Espigão do Oeste	2	1	1	2	3	1	10
Pimenta Bueno	3	2	2	3	5	2	17
Vilhena	4	2	3	4	6	3	22
Colorado Oeste	2	1	1	2	3	1	10
Cerejeiras	2	1	1	2	3	1	10
Rolim de Moura	3	2	2	3	5	2	17
Santa Luzia do Oeste	2	1	1	2	3	1	10
Alta Floresta do Oeste	2	1	1	2	3	1	10
Nova Brasilândia do Oeste	2	1	1	2	3	1	10
São Miguel do Guaporé	2	1	1	2	3	1	10
Costa Marques	2	1	1	2	3	1	10
São Francisco do	2	1	1	2	3	1	10

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Guaporé							
Alvorada do Oeste	2	1	1	2	3	1	10

ANEXO II AO CONTRATO N. 02/2020**RELAÇÃO DE VEÍCULOS TRE/RO**

ITEM	MODELO	ANO	PLACA	RENAVAM	LOCAÇÃO/CIDADE
1	VW GOL	2011/2012	NCO 9939	352533609	PORTO VELHO
2	VW GOL	2011/2012	NCP 0819	352546530	PORTO VELHO
3	VW GOL	2010/2011	NEA 9098	273865315	PORTO VELHO
4	VW GOL	2010/2011	NEB 4518	274195950	PORTO VELHO
5	VW GOL	2012/2013	NBU 0161	508498597	PORTO VELHO
6	VW GOL	2010/2011	NDA 0428	273321056	PORTO VELHO
7	VW GOL	2011/2012	NCP 0769	352542128	PORTO VELHO
8	VW GOL	2011/2012	NCR 4459	353581275	PORTO VELHO
9	VW AMAROK	2012/2013	NBS 8602	518489205	PORTO VELHO
10	VW AMAROK	2012/2013	NBS 3782	515667277	PIMENTA BUENO
11	VW AMAROK	2012/2013	NBS 3752	515647489	PORTO VELHO
12	VW AMAROK	2012/2012	NBR 1221	506298647	PORTO VELHO
13	TOYOTA HILUX	2016/2017	OXL 9405	1107791712	PORTO VELHO
14	TOYOTA HILUX	2016/2017	OXL 9395	1107791623	PORTO VELHO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15	TOYOTA HILUX	2016/2017	OXL 9385	1107791534	PORTO VELHO
16	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6416	1072610539	VILHENA
17	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6286	1072600525	ARIQUEMES
18	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6246	1072599179	JARU
19	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6206	1072595181	PORTO VELHO
20	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6146	1072591704	CACOAL
21	NISSAN FRONTIER	2005/2006	NCP 9435	884172678	PORTO VELHO
22	MITSUBISHI L200 TRITON	2010/2011	NDR 1968	273877437	CEREJEIRAS
23	MITSUBISHI L200 TRITON	2010/2011	NDR 1958	273871510	SÃO MIGUEL
24	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCM 9541	1039308241	OURO PRETO DO OESTE
25	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCM 9561	1039309205	JÍ PARANÁ
26	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCN 0471	1039613052	ESPIGÃO DO OESTE
27	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCM 9531	1039306036	COLORADO DO OESTE

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0947	1016272542	ROLIM DE MOURA
29	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0957	1016272577	GUAJARÁ MIRIM
30	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2014	NCD 3921	994980078	BURITIS
31	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2014	NCD 3931	994982160	MACHADINHO
32	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0977	1016272615	ALVORADA DO OESTE
33	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0967	1016272593	NOVA BRASILÂNDIA
34	FORD RANGER	2011/2012	NBO 6273	458756644	ALTA FLORESTA DO OESTE
35	FORD RANGER	2011/2012	NBO 6103	458756695	COSTA MARQUES
36	FIAT IVECO TECTOR	2014/2014	OHS 3467	1016639322	PORTO VELHO
37	FIAT IVECO DAILY	2013/2014	NCI 5272	1038755759	PORTO VELHO
38	FIAT FREEMONT	2012/2012	NBQ 6541	505726238	PORTO VELHO
39	FIAT DUCATO	2009/2010	NCF 4039	182634850	PORTO VELHO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 03/02/2020, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO VITÓRIA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 04/02/2020, às 19:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO RODRIGO WEIAND, Usuário Externo**, em 05/02/2020, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/02/2020, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 05/02/2020, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0499974** e o código CRC **E5BD2F37**.

0002603-23.2019.6.22.8000

0499974v5

Criado por 006007062364, versão 5 por 006007062364 em 03/02/2020 12:41:51.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 161 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.0-INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no art. 3º, I, da Lei n. 10.520/2002 e no art. 3º, XI c/c o art. 8º, II **do Decreto Federal n. 10.024/2019**, elaboramos o presente Termo de Referência para realização de licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica.

2.0-OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frotas de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2.2. Os serviços de gerenciamento da frota compreende a **implantação, operacionalização e disponibilização, por meio de sistema informatizado**, de postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela contratada para prestarem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagens de veículos, manutenção preventiva e corretiva e fornecimentos de peças, pneus e demais materiais demandados pela frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2.3. O objeto também compreende o fornecimento de peças e materiais nas **revisões periódicas enquanto os veículos estiverem no prazo de garantia dos fabricantes**, realizados nas concessionárias correspondentes a cada marca de veículo, inclusive os eventualmente locados e requisitados.

2.4. Todos os **serviços, materiais e produtos devem ser pagos por meio de cartão magnético fornecido pela empresa Contratada**, que será responsável pelo credenciamento de todos os estabelecimentos comerciais necessários à prestação dos serviços.

2.5. O abastecimento da frota com o fornecimento de combustíveis, lubrificantes e a manutenção leve: postos varejistas, oficinas e concessionárias credenciadas pela contratada nos municípios constantes **nos itens 6 e 7 do Anexo I**.

2.6. Compreende também o objeto o fornecimento de materiais e serviços especializados de manutenção elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento, balanceamento de rodas para o atendimento dos veículos.

2.7. O objeto se complementa com as Especificações Técnicas constantes no Anexo I.

3.0-JUSTIFICATIVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1. ABASTECIMENTO:

3.1.1. A adoção do sistema de abastecimento, mediante tecnologia de sistemas de gerenciamento que utilizem cartões magnéticos ou eletrônicos para captação de informações, tem como objetivo promover a otimização, padronização e racionalização do abastecimento da frota oficial de veículos pertencentes a este Tribunal e nos veículos requisitados que prestam serviço a Justiça Eleitoral, **em caráter contínuo e ininterrupto**, visando melhorar a eficácia no controle, redução de custos e eliminação de procedimentos.

3.1.2. A presente contratação também possibilitará à Administração a obtenção de informações em tempo real para a tomada de decisões preventivas e corretivas, haja vista que o sistema a ser disponibilizado possui caráter gerencial que proporcionará uma gestão mais eficiente e precisa da frota de veículos deste tribunal, incluindo o controle total das despesas realizadas com abastecimento de combustíveis e o monitoramento da utilização dos veículos em deslocamentos mais longos. Como por exemplo viagens ao interior do Estado.

3.2 MANUTENÇÃO:

3.2.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva na frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e nos veículos requisitados que prestam serviço a Justiça Eleitoral, são imprescindíveis na prestação dos serviços de transportes de autoridades, servidores, materiais e equipamentos; assim como as reposições de peças e acessórios, considerando a necessidade de conservação dos veículos que sofrem desgastes decorrentes do uso frequente, ressaltando-se, ainda, que este Regional não dispõe de infraestrutura, nem recursos humanos para desenvolver tais atividades.

3.2.2. Neste contexto, a Administração Pública baseia-se em modernos princípios administrativos, pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. A contratação de serviços essenciais de manutenção corretiva e preventiva de veículos, com o gerenciamento de manutenção por meio de cartão eletrônico e sistema via WEB, reduz os custos e proporciona um melhor controle orçamentário e financeiro, como:

- I - Otimização e rendimento do veículo, prolongando sua vida útil;
- II - Revisão efetuada segundo padrões pré-estabelecidos pela Contratante;
- III - Minimização das imobilizações não programadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2.3 Desta forma, a economia a ser obtida pela Administração em relação à contratação dos serviços, poderá ocorrer pela competitividade entre empresas do ramo no certame licitatório.

3.3. LAVAGENS DE VEÍCULOS E AQUISIÇÃO DE PNEUS:

3.3.1. Os automóveis que integram a frota deste Tribunal e os veículos requisitados que prestam serviços à Justiça Eleitoral realizam transporte de servidores e magistrados para a execução de atividades externas, entrega de correspondências e documentos em âmbito local, entrega de materiais para os fóruns eleitorais do interior do Estado, condução de visitantes ligados às atividades da Justiça Eleitoral, entre outras atividades correlacionadas aos objetivos institucionais do TRE-RO.

3.3.2 A realização das atividades rotineiras demanda a correspondente higienização, necessária à conservação dos veículos e ao resguardo de ambiente salutar a magistrados e servidores usuários dos serviços da Seção de Transportes.

3.3.3. Registra-se ainda que as condições atuais de má conservação das ruas da Capital Porto Velho e dos municípios do interior demandam maior acuidade na conservação dos veículos, uma vez que a sujeira/lama das ruas danifica a pintura dos veículos, acarretando desvalorização precoce desses bens, cuja guarda e conservação adequadas são de responsabilidade do TRE-RO. Essa situação também provoca maior incidência de danos aos pneus dos veículos.

3.4. DA JUSTIFICATIVA GERAL:

3.4.1. A contratação dos serviços objeto deste TR tem como principal justificativa a prestação de serviços que atendam plenamente as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral e fóruns eleitorais em todo o Estado de Rondônia, no que diz respeito à gestão da sua frota de veículos oficiais, abrangendo abastecimento, lavagem (simples e completa), manutenção (preventiva e corretiva), bem como serviço de socorro mecânico e guincho.

3.4.2. Tal modalidade de contrato já é adotada por este Regional e é uma tendência crescente tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário na administração direta e indireta. A adoção do sistema possibilita o gerenciamento informatizado dos veículos de todas as unidades da jurisdição do TRE-RO, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico específico com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

metodologia de cadastramento dos veículos, condutores, fiscalizadores, controle e logística, viabilizando o monitoramento dos serviços prestados, fiscalização financeira e operacional do processo, em caráter contínuo, em todo o Estado de Rondônia, contemplando:

I - Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes.

II - Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);

III - Rede de postos para o fornecimento de combustíveis, cobrindo todos os locais estratégicos dentro do estado de Rondônia, todos os dias da semana, credenciando estabelecimentos idôneos, preferencialmente certificados pela ANP, destinados aos diversos tipos de serviços a serem prestados, inclusive com relação àqueles que são específicos para certos tipos e marcas/modelos dos veículos da Frota.

IV - Flexibilidade do sistema de abastecimento e manutenção por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;

V - Agilidade nos procedimentos.

VI - Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;

VII - Obtenção de informações sobre o abastecimento bem como dos serviços executados em tempo hábil para tomada de decisões corretivas.

VIII - Redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios de exceção,

IX - Melhora no gerenciamento dos veículos da frota em questão.

X - Implantação de sistema integrado com uso de tecnologia de identificação eletrônica e senhas de acesso, visando à execução e controle eficientes do fornecimento.

4.0-PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. Com relação ao necessário planejamento e objetividade das contratações, de observância obrigatória nos termos do art. 2º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, deve-se registrar que a pretensão descrita neste termo de referência, por se tratar do atendimento de uma ação contínua, NÃO integra - como de fato não deveria - o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020). Contudo, por certo está alinhado, embora de forma genérica, com o indicador estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA na medida que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

busca a cobertura de eventuais prejuízos derivados de danos produzidos à frota de veículos deste Tribunal.

4.2. Tratando-se de uma ação contínua, a contratação encontra previsão na Proposta Orçamentária de 2020, PSEI n. 0000737-77.2019.6.22.8000 em tramitação.

5.0-CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 07.07.2017.

5.2. No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3. Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

5.4. Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, na especificação dos bens **adotou-se como medida sustentável a obrigação da contratada fornecer os relatórios, materiais de treinamento e manuais em meio digital**.

6.0-DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Estima-se o valor da presente contratação em R\$ 1.029.510,00 (um milhão, vinte e nove mil e quinhentos e dez reais), sendo R\$ 1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais) dos serviços e de R\$ 4.510,00 (quatro mil e quinhentos e dez reais), de taxa de administração do sistema correspondente a 0,44% do valor dos serviços previstos para os 30 (trinta) meses, conforme descrito abaixo, esses valores foram adquiridos conforme gastos realizados em anos anteriores.

		Valor Mensal	Período	Valor total estimado de	Taxa administr
	Item				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Estimado de serviços (R\$)		serviços (R\$)	Estima
LOTE ÚNICO	Serviços de gerenciamento da frota, compreendendo a implantação, operacionalização e disponibilização, por meio de sistema informatizado, de postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela contratada para prestarem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagens de veículos, manutenção, manutenção elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento e balanceamento de rodas e fornecimentos de peças, pneus, e demais materiais demandados pela frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.	34.166,67	30 meses	1.025.000,00	0,4 R\$ 4.5

6.2 Os valores dos serviços foram estimados considerando o consumo dos anos de 2017 à setembro de 2019 e levando em consideração que os valores desta contratação se destina a atender duas eleições, 2020 (eleições municipais) e 2022 (eleições gerais).

Orçamento Ordinário – Combustíveis	2017
Orçamento Ordinário – Manutenção	2017
Orçamento Pleito – Combustíveis	2018
Orçamento Pleito – Manutenção	2018
Orçamento Ordinário – Combustíveis	2018
Orçamento Ordinário – Manutenção	2018

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Orçamento Ordinário – Combustíveis (até mês Setembro)	2019
Orçamento Ordinário – Manutenção (até mês Setembro)	2019
TOTAL	

6.2.1. Assim, foi elaborada a estimativa para o período de 30 meses da futura contratação, no qual também foi considerado as variações de preços de peças, serviços e dos combustíveis e acrescida a taxa de administração estimada:

Orçamento Ordinário – Combustíveis	2020
Orçamento Ordinário - Manutenção	2020
Orçamento Pleito - Combustíveis	2020
Orçamento Pleito – Manutenção	2020
Orçamento Ordinário - Combustíveis	2021
Orçamento Ordinário - Manutenção	2021
Orçamento Ordinário - Combustíveis	2022
Orçamento Ordinário - Manutenção	2022
Orçamento Pleito - Combustíveis	2022
Orçamento Pleito – Manutenção	2022
Total Estimado dos Serviços	
Taxa de Administração estimada	
VALOR TOTAL ESTIMADO	

6.3. O percentual da Taxa de Administração foi estimado tomando-se por base a média praticada pelos órgãos públicos em contratos com objetos semelhantes ao deste TR, conforme eventos ([0471594](#), [0471596](#), [0471597](#) e [0471598](#)) e descritos no quadro abaixo:

Órgão	Taxa de Administração
TRE/MG	1,78%
TRE/SC	0,01%
TRE/PR	0,00%
TRE/RS	-0,03%
Média	0,44%

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.4. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

6.4.1. A contratação discriminada no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade, devendo a contratação pleiteada ser custeada pelo Orçamento Ordinário e/ou Pleito Eleitoral, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário 2020
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Combustível
PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	R\$ 100.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário 2020
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Manutenção e Regularização de veí
PLANO INTERNO	AOSA MANVEI
VALOR ESTIMADO	70.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	PLEITO ELEITORAL 2020
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Combustível
PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	R\$ 250.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	PLEITO ELEITORAL 2020
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Manutenção e Regularização de veí
PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	160.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário 2021
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Combustível
PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	120.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário 2021 –
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Manutenção e Regularização de ve
PLANO INTERNO	AOSA MANVEI
VALOR ESTIMADO	120.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário 2022 Período de seis me
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Combustível
PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	60.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário 2022 Período de seis me
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Manutenção e Regularização de ve
PLANO INTERNO	AOSA MANVEI
VALOR ESTIMADO	45.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	PLEITO ELEITORAL 2022 - Peri
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Combustível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	70.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	PLEITO ELEITORAL 2022 - Per
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Manutenção e Regularização de ve
PLANO INTERNO	AOSA COMBUS
VALOR ESTIMADO	30.000,00

7.0-CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

7.1.1. Trata-se de serviços habitualmente oferecidos pelo mercado especializado. São serviços comuns porque os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. Assim, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por lote único, sob regime empreitada por preço unitário com adjudicação global**, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 3º, inciso II do novel Decreto Federal n. 10.024/2019, regulamento do Pregão eletrônico.

7.2 DA JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO:

7.2.1. Trata-se de uma solução composta por diversos módulos e serviços. Contudo, não é recomendável a contratação deles em itens separado. Isso porque, a solução demanda implantação, treinamento, suporte e consultoria de todos os produtos que integram o lote único. A divisão em itens não seria racional porque pode haver diversos vencedores na licitação. Seria celebrado contrato com cada um deles, pulverizando os **custos dos serviços** de implantação, treinamento, suporte e consultoria. Certamente essa situação vai de encontro ao princípio da **proposta mais vantajosa**, porque os licitantes terão, **NECESSARIAMENTE**, que incluir esse MESMO custo para prestação dos serviços fracionados cotados em suas propostas individuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.2. Além disso, a fragmentação de contratos não contribuiria para a solução. Isso porque poderá haver um fornecedor para o fornecimento de peças, outro para a manutenção dos veículos, um terceiro para o abastecimento, um quarto para lavagens, outro para manutenção, enfim, uma infinidade de prestadores de serviços. Essa situação é indesejada porque certamente levará a conflitos de responsabilidade, como já se observou em outras contratações.

7.2.3. Por fim, deve-se destacar também a racionalidade e a economia obtida com a gestão de um único contrato. Todos esses fatores reunidos, justificam o agrupamento de acordo com a Súmula 247 do TCU.

7.3 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.3.1. Como o lote único possui valor estimado superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), afasta-se a aplicação da regras contidas nos arts. 47 e sgs. da Lei Complementar n. 123/2006 e do Decreto n. 8.538/2015

7.3.2. As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

7.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.4.1. Os preços das propostas deverão prever todos os custos diretos e indiretos para a execução integral dos serviços a serem contratados.

7.4.2 Sagar-se-á vencedora do certame a empresa que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL ESTIMADO, OBTIDO PELA APLICAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADA PELA LICITANTE SOBRE O VALOR GLOBAL FIXO ESTIMADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, de acordo com o modelo padrão de proposta do ANEXO III

7.4.3. O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro máximo de preço aceito na proposta de cada licitante. Desta forma, não poderão ser consideradas as propostas que apresentarem preços unitários ou globais superiores aos estimados pela Administração, devendo a proposta, nesse caso, ser recusada pelo pregoeiro.

7.5 HABILITAÇÃO:

7.5.1 Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

7.5.2. Habilitação fiscal e trabalhista: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

7.5.3. Qualificação econômica-financeira: A licitante deverá apresentar **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

7.5.4. Habilitação técnica:

I - A licitante deverá apresentar, no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de gerenciamento da frota, compreendendo a **implantação e operacionalização por meio de sistema informatizado** que deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição dos serviços prestados para aferição da compatibilidade do objeto, comprovada com a execução de serviços de abastecimento e manutenções em oficinas mecânicas de frota composta por, no mínimo, 20 (vinte) veículos leves e pesados, por um período de no mínimo 01 (um) ano;
- c) Nome ou razão social da empresa que prestou o serviço ao emitente;
- d) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce na empresa emitente).

II - Possibilidade de soma dos atestados: Os licitantes poderão somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

operacional **desde que os serviços tenham sido prestados em períodos concomitantes;**

III - A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

8.0-DA CONTRATAÇÃO

8.1. A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato de acordo com a minuta do edital adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93. O contrato regulará a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

8.1.1. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

8.1.1.2. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

8.1.1.3. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

8.1.1.4. Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato no referido sistema, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

8.1.1.5. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

8.1.1.6. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

8.1.1.7. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

8.1.1.8. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

8.1.1.9. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a **adjudicatária**, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.2 PRAZO DE VIGÊNCIA, PRORROÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES, EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO E GARANTIA CONTRATUAL:

8.2.1. **Prazo vigência:** De acordo com a definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa n. 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

“Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Como visto, não existe um rol taxativo de serviços que devem ser caracterizados como continuados, haja vista a necessidade de analisar o contexto fático de cada contratação, a fim de verificar o preenchimento ou não das características elencadas. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do **desenvolvimento habitual** das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público. Essa habitualidade está relatada no Capítulo das justificativas deste TR, sendo de fácil percepção por se tratar de demandas comprovadamente periódicas, como no caso de abastecimentos, lavagens e manutenções de veículos, sem as quais não seria possível à Seção de Transporte deste Tribunal prestar os serviços seguros e de qualidade a seus usuários.

II - Assim, é possível concluir que o objeto é um **serviço continuado**, pois tem caráter essencial e deve ser prestado de forma permanente ao longo do tempo.

III - O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. Previamente à decisão acerca da prorrogação, a Administração verificará a eventual vantajosidade do ato, oportunidade na qual, em razão das condições de mercado, a contratada poderá propor a redução do percentual da taxa de administração contratada como condição para a prorrogação.

8.2.2. Reajuste de preços:

Em razão da natureza dos serviços, para os quais a contratada será remunerada pela taxa de administração incidente sobre os valores efetivamente executados, o percentual da taxa de administração não poderá ser reajustada durante a vigência do contrato, podendo, todavia, ser objeto de redução na hipótese descrita no inciso III do subitem 8.2.1 deste TR.

8.2.3 **Reequilíbrio:** Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

8.2.4 **Alterações:** Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

8.3. GARANTIA CONTRATUAL:

8.3.1. Segundo Marcal:

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Omisso o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais)."

8.3.2. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados pela prestação ou paralisação dos serviços pela contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

8.3.3. A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).**

8.3.4. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a aplicação de sanções e a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

8.3.5. A garantia, ou a parte remanescente, será devolvida à CONTRATA após o cumprimento integral das obrigações contratuais a seu encargo.

9.0-DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente por meio de ordem bancária - ou por ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devendo ser aplicadas as devidas retenções legais.

9.1.1 A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

a) relatório contendo o demonstrativo analítico de compras de combustíveis;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) relatório contendo o demonstrativo analítico de peças e serviços;

c) boleto bancário com código de barra.

9.1.2. Apresentada a nota fiscal e demais documentos elencados no item anterior, o gestor do contrato fará a conferência de cada transação e, estando conforme, atestará os serviços e enviará para pagamento.

9.1.3. Em caso de divergência nos valores e/ou falta de qualquer documento, a Contratada será notificada para sanar as pendências no prazo máximo de 03(três) dias.

9.2. Considerando que o Tribunal Regional Eleitoral é substituto tributário nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Buritis, Rolim de Moura, Vilhena, Alta Floresta do Oeste e São Miguel do Guaporé, o ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), haverá a retenção e o recolhimento, sendo estas descontadas das faturas.

9.2.1 Caso durante a vigência contratual, outros municípios do Estado incluam este Tribunal como substituto tributário, a retenção e recolhimento será efetuado da forma acima

9.3. No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços,

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$I \times N \times VP$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP - Valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira - 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 365$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.6. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10-OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução do objeto contratado;

10.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

10.1.3. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

10.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e nas demais regras a ele aplicadas;

10.1.6. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

10.1.7. Dar conhecimento dos termos deste instrumento aos portadores dos cartões do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

10.1.8. Estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade, requisitado ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa.

10.1.9. Requerer à CONTRATADA a emissão de novo cartão, no caso de extravio ou danos ao cartão (do veículo), no prazo máximo de 7 (sete) dias consecutivos, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da mesma.

10.1.10. Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação dos mesmos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1.11. Informar imediatamente à CONTRATADA o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo.

10.1.12. Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões dos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e/ou ações oriundas da utilização indevida dos mesmos.

10.1.13. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão destinado ao veículo.

10.1.14. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto deste Contrato.

10.1.15. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;

10.1.16. A existência da fiscalização por parte do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação dos serviços ora assumidos.

10.1.17. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato, e manter atualizado junto à CONTRATADA o cadastro completo dos veículos e motoristas autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

I - tipo da frota (própria, terceiros, locada);

II - placa;

III - chassi;

IV - marca;

V-tipo;

VI - combustível (gasolina, diesel, álcool);

VII - lotação - Sede ou Cartório Eleitoral;

VIII - capacidade do tanque;

IX - hodômetro; e

X - nome, matrícula e lotação dos motoristas autorizados.

10.1.18. Incluir no cadastro, no prazo de 07 (sete) dias consecutivos, novos veículos e motoristas pertencentes à frota ou no quadro, respectivamente.

10.1.19. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e de usuário (apenas com acesso a relatórios), bem como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilizar-se pela troca das senhas dos mesmos em caso de demissão, férias ou mudança de lotação.

10.1.20. Como a CONTRATADA disponibilizará acesso ao Sistema de Gestão de Frotas em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo CONTRATANTE, este se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Gestão de Frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades,

10.1.21. Encaminhar o veículo à manutenção para as oficinas da rede credenciada pela CONTRATADA.

10.1.22. Solicitar orçamentos para, no mínimo, 3 (três) estabelecimentos da rede credenciada e aprovar pelo sistema informatizado da CONTRATADA as ordens de serviços de peças, materiais e serviços necessários para as manutenções dos veículos da frota, observado o seguinte procedimento:

I – Recebida a ordem de serviços por meio do sistema, o gestor verificará se os valores de peças e serviços estão de acordo com a pesquisa de preços realizada com as oficinas credenciadas;

II – Estando de acordo o gestor aprovará a ordem de serviços e autorizará a execução dos serviços;

III – Na eventualidade de os valores estarem superiores aos levantados na pesquisa de preços será solicitado a revisão dos preços para adequá-los aos valores apurados na pesquisa de preços;

IV - Havendo impossibilidade pela apresentação de 3 orçamentos, caberá ao fiscal ou a o gestor, com base na prática do mercado, justificar a falta de mais orçamentos.

10.1.23. Fiscalizar in loco a execução dos serviços, cujos orçamentos apresentados foram minuciosamente analisados, prevalecendo aquele com menor preço global como regra geral, ou excepcionalmente, por item, em função da expressividade de seu valor;

10.1.24. Determinar o refazimento dos serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.2. São obrigações do Contratada:

10.2.1. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital de licitação e de seus anexos, e no contrato;

10.2.2. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução do objeto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2.3. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;

10.2.4. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, principalmente vinculados à execução do contrato;

10.2.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.2.7. Arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução dos serviços de monitoramento contratados;

10.2.8. Atender às solicitações do contratante nas condições e prazos estabelecidos no presente instrumento, prestando todas as informações e orientações necessárias acerca do funcionamento e da operação dos equipamentos;

10.2.9. Acatar prontamente as solicitações do contratante, quanto à execução dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas, fornecendo garantia de 06 (seis) meses das peças e serviços realizados;

10.2.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

10.2.11. no caso de perda ou dano do cartão ou de inclusão de novos veículos à frota, fornecer, sem ônus para o Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento do pedido, um novo cartão para o veículo;

10.2.12. manter, durante a vigência do contrato, os estabelecimentos credenciados conforme quantitativo especificado nos itens 06 e 07 do Anexo 1;

10.2.13. informar mensalmente sobre inclusões ou exclusões de postos de abastecimento, oficinas, lava jato e demais estabelecimentos na rede;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2.14. repassar prontamente o pagamento aos postos, oficinas, lava jatos e demais estabelecimentos credenciados que prestaram serviços ao Contratante, ficando claro e estabelecido que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, sendo a referida quitação de total responsabilidade da Contratada;

10.2.15. manter nos postos, oficinas, lava jatos e demais estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão à rede de serviços da Contratada;

10.2.16. providenciar pelo sistema a imediata correção de erros cometidos no processamento dos dados dos serviços executados e apontadas pelo Contratante, que possam comprometer o registro histórico das informações gerenciais;

10.2.17. Orientar a sua rede de postos credenciados que os preços praticados para abastecimento, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade constante do item 6 do Anexo 1, conforme parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo para o estado de Rondônia;

10.2.18. Orientar a sua rede de oficinas e lava jatos e demais estabelecimentos credenciados que os preços praticados para os serviços, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade constante do item 7 do Anexo 1;

10.2.19. Garantir que os postos que compõem a sua rede credenciada possuam Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e Registro de Revendedor Varejista, expedido pela ANP -Agência Nacional do Petróleo.

10.2.20. A contratada deve credenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, exceto para o município de Porto Velho, em que o prazo será de até 15 (quinze) dias, postos, oficinas, autopeças, borracharias lava jato e demais estabelecimentos para manutenção elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento, balanceamento de rodas, para os serviços e aquisições para a frota de veículos do CONTRATANTE, nas cidades relacionadas nos itens 6 e 7 do Anexo I, com as respectivas quantidades mínimas de estabelecimentos. **Caso a contratada não conseguir cadastrar estabelecimentos, deverá dentro do mesmo prazo apresentar por escrito os motivos e sua comprovação, sob pena de aplicação de penalidades.**

10.2.21. Também na fase de implantação, como durante a fase de operação, a CONTRATADA **deverá prestar treinamento com carga horária mínima de 8h** ao gestor e usuários do sistema informatizado de manutenção da frota de veículos, no intuito de orientá-los à correta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada, nos moldes definidos no inciso VIII do subitem 10.3.2, deste Termo de Referência.

10.3. OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA.

10.3.1. Implantação do sistema de administração, gerenciamento do abastecimento e manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, com o fornecimento de sistema informatizado e cartões eletrônicos ou magnéticos para cada veículo, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, que habilitará os motoristas, para aquisição de produtos e serviços junto aos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA.

10.3.2. Os trabalhos de implantação pela CONTRATADA referidos no item anterior compreendem:

1. planejamento e levantamento de dados da frota de veículos;
2. cadastramento dos veículos;
3. estudo da logística da rede de atendimento;
4. estrutura de gestão;
5. créditos aos veículos;
6. implantação dos sistemas tecnológicos;
7. distribuição dos cartões;
8. treinamento, a ser realizado na cidade de Porto Velho, compreendendo:

10.3.3. carga horária mínima de 8h para aproximadamente 10 usuários;

10.3.4. treinamento dos responsáveis pelos estabelecimentos da rede credenciada;

10.3.5. fornecimento de material de treinamento para os funcionários do CONTRATANTE, no que concerne à utilização e gerência do sistema e acesso à rede credenciada; e

10.3.6. fornecimento de manual de instruções para o CONTRATANTE, com definição do uso dos cartões, a sua rede de credenciados.

10.3.7. Tanto na fase de implantação quanto de operação, prestar treinamento ao gestor e motoristas, portadores dos cartões destinados aos veículos, bem como orientá-los quanto à correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

10.3.8. Possuir estrutura de consultoria permanente durante a vigência contratual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3.9. Essa consultoria deverá ser realizada com visitas à unidade central do CONTRATANTE por profissional devidamente autorizado pela CONTRATADA, tecnicamente habilitado à emissão de relatórios e documentos específicos, que contribuam para a melhor gestão da frota de veículos, ou por meio remoto, *Call Center*.

10.3.10. Fornecer para o CONTRATANTE os cartões dos veículos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da CONTRATADA.

10.3.11. Ampliar e disponibilizar Rede de estabelecimentos credenciados, incluindo outras localidades, mediante solicitação do CONTRATANTE, sempre que houver condições para tai, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido.

10.3.12. Pagar pontualmente os estabelecimentos credenciadas, pelos valores devidos, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA.

10.3.13. Fiscalizar os serviços sistêmicos prestados pela rede credenciada para obter um resultado satisfatório do sistema.

10.3.14. Dispor permanentemente para o CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota de veículos, obtidos durante a vigência do contrato, no formato e padrão definidos pelo CONTRATANTE, e compatíveis ao seu sistema informatizado.

10.3.15. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços realizados nos veículos da frota** nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo TRE-RO.

10.3.16. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis resultantes da execução do Contrato.

10.3.17. Indicar e manter preposto, aceito pelo TRE-RO, para representar a CONTRATADA, durante a execução do Contrato.

11.0-SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste Termo de Referência sujeita a Contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) O atraso injustificado na implantação, na entrega e/ou substituição dos cartões magnéticos poderá ensejar multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução total do contrato a partir do décimo primeiro dia de inadimplência da obrigação;

b) O atraso injustificado na manutenção dos estabelecimentos credenciados nas quantidades exigidas no presente instrumento poderá ensejar multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução parcial total do contrato a partir do décimo primeiro dia de inadimplência da obrigação;

c) Atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, até 10 (dez) dias consecutivos;

d) Atrasos injustificados superiores a 10 (dez) dias, no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

11.2 A inexecução parcial ou total da obrigação poderá ensejar a rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei n. 8.666/93.

11.3. Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

11.4. Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

11.5. A multa punitiva prevista no Art. 87, II, da Lei n. 8.666/93, poderá ser de até 30% (trinta por cento) devendo da extensão e gravidade do descumprimento.

11.6 As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.7. Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o Contratante, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas a regras da Instrução Normativa n. 04/08, disponível no site deste Tribunal.

11.8. A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico deste Tribunal.

11.9. No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011),

11.10. Caso o valor do pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE/RO 05/2009);

11.11. Caso de a contratada não ter nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

11.12. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 25, § 3º da Lei 10.522/02).

11.13. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de inadimplentes do TRE/RO - CAI2,

11.14. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

12.0- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.1. A gestão e a fiscalização da presente contratação ficarão assim definidas:

12.1.1. Na Capital, ficará a cargo do titular da Seção de Transportes deste Tribunal e/ou de seu substituto automático;

12.1.2. Nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado, a fiscalização ficará a cargo dos respectivos Administradores e a gestão ao titular da Seção de Transportes deste Tribunal e/ou de seu substituto automático, sendo-lhes avocadas as atribuições constantes na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

13.0-DOS ANEXOS

São anexos a este instrumento:

- Anexo I - Especificações técnicas;
- Anexo II - Relação de veículos.
- Anexo III – Formulário de Proposta

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1-INTRODUÇÃO

Este documento estabelece os critérios para a contratação de Gerenciamento da frota de veículos oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, bem como de requisitados e/ou cedidos.

2. DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO LEVE DA FROTA DE VEÍCULOS

2.1 - A REDE DE POSTOS, OFICINAS E LAVA JATOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA DEVE FORNECER OS COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, MATERIAIS, COMPONENTES E SERVIÇOS ABAIXO DESCRITOS, COM PREÇOS À VISTA:

2.1.1 - Combustíveis dos tipos: gasolina, álcool e diesel comum, S-10 e ARLA 32.

2.1.2 - Reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de para-brisa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1.3 - Reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento.

2.1.4 - Serviço de conserto de pneus.

2.1.5 - Serviço de lavagem em automóveis, utilitários, micro-ônibus e caminhão.

2.1.6 - Serviço de aplicação de cera em automóveis, utilitários, micro-ônibus e caminhão.

2.1.7 - Serviço de manutenção preventiva (troca de óleo, filtros e lubrificantes);

2.1.8 - Serviço de manutenção corretiva com fornecimento de peças e pneus.

2.2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO LEVE DA FROTA DE VEÍCULOS 2

2.2.1- Os serviços contratados compreendem o fornecimento de:

I - sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas do abastecimento e da manutenção leve da frota de veículos do CONTRATANTE;

II - sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema;

III - cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações, sendo um para cada veículo;

IV - informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, identificação do motorista e respectiva lotação, datas e horários, tipos de combustíveis, lubrificantes, peças, componentes e serviços, que poderão ser alimentados por meio eletrônico, e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis ao CONTRATANTE;

V - processo de consolidação dos dados financeiros e operacionais da frota de veículos e emissão, pela Internet, dos seguintes relatórios ao CONTRATANTE:

- Financeiros:

1. Despesas com o abastecimento e manutenção por veículo;

2. Análise de consumo de combustível;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Histórico de quilometragem da frota;
4. Relatório de preços praticados em postos;
5. Despesas por tipo de mercadoria; e
6. Despesas por lotação.
 - Operacionais:
 1. Inconsistência de hodômetro;
 2. Veículos com desvio da média km/litro padrão;
 3. Controle do vencimento das carteiras nacionais de habilitações dos motoristas; e
 4. Veículos com abastecimento acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção que venham a ser especificados pelo TRERO, desde que as informações estejam disponíveis no sistema da CONTRATADA.
 5. Rede de postos varejistas de abastecimento equipados para aceitar transações com os cartões vinculados ao sistema destinados aos veículos; e
 - 6 Sistema tecnológico integrado para viabilizar, através dos cartões dos veículos, o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis, lubrificantes e manutenção leve junto à rede credenciada de postos varejistas de abastecimento.

2.4 - DOS CARTÕES PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA DESTINADOS AOS VEÍCULOS

2.4.1 - Cada cartão destinado ao veículo é de uso exclusivo do veículo nele identificado, não sendo permitido o abastecimento ou qualquer outra despesa em veículo diverso daquele, sendo responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de solução que iniba ou identifique, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

2.4.2 - O cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva da CONTRATADA, devendo ser devolvido, pelo CONTRATANTE, em caso de rescisão do presente contrato.

2.4.3 - Somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito de cada veículo. E capacidade do tanque de combustível

2.4.4 - Na hipótese do crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outras), apenas o responsável pela gestão dos veículos, e devidamente autorizado pelo CONTRATANTE, poderá realizar um crédito adicional, somente, para o período necessário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.5 - O sistema deverá imprimir no comprovante de transação as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o CONTRATANTE, as quais são indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

I - o saldo remanescente do cartão destinado ao veículo;

II - o hodômetro do veículo, no momento do abastecimento;

III - o nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação de compra de mercadorias ou serviços;

IV - a data e hora da(s) transação(ões), quantidade de mercadorias ou serviços comprados;

V - tipo da mercadoria ou serviços comprados; e

VI - valor total da operação e código de identificação do motorista.

2.4.6 - O CONTRATANTE, não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer item de combustíveis, materiais e serviços de manutenção leve realizada sem autorização expressa da CONTRATADA; neste caso caberá ao posto o ônus da venda indevida.

2.4.7 - É de responsabilidade do CONTRATANTE garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções, a CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios que possibilitam a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção.

2.5 - DO USO DOS CARTÕES DESTINADOS AOS VEÍCULOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA

2.5.1 - Para utilização do cartão do veículo o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da CONTRATADA, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, mercadorias e serviços autorizados para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota do CONTRATANTE, valor da compra, quantidade e tipo de mercadoria ou serviço comprado. Finalizada a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da CONTRATADA instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes às compras de mercadorias e serviços realizados no referido estabelecimento, o qual constituir-se-á em título extrajudicial. O portador deverá encaminhar o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referido termo impresso às respectivas áreas definidas pela estrutura de gestão do CONTRATANTE que serão amplamente divulgadas.

2.5.2 - Em caso de danos involuntários no cartão do veículo, ou em equipamentos da CONTRATADA, instalados em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a CONTRATADA a disponibilizar procedimento de compra contingência!, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da CONTRATADA, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do CONTRATANTE, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

2.5.3 - No caso de impossibilidade de acesso à rede da CONTRATADA, pelos estabelecimentos credenciados ou pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar o procedimento por meio de serviço de atendimento ao cliente, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, de forma a garantir a operação com segurança dos dados imprescindíveis para o CONTRATANTE.

3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

3.1- Prestação de serviços de manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, com fornecimento de peças, componentes, pneus e demais materiais e serviços pelas oficinas e autopeças credenciadas, nas especialidades mencionadas no quadro abaixo:

MATERIAIS E SERVIÇOS	
CÓDIGO	ESPECIALIDADE
1	MECÂNICA E ELÉTRICA
2	FUNILARIA E PINTURA
3	BORRACHARIA
4	PNEUS
5	AUTOPEÇAS
6	LAVA JATO

3.4- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E RESPONSABILIDADES DAS OFICINAS E AUTOPEÇAS CREDENCIADAS PELA CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.1- PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS O CONTRATANTE SÓ ACEITARÁ COMO CREDENCIADAS PELA CONTRATADA, AS OFICINAS QUE DISPONHAM DOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS:

3.4.1.1- microcomputador, impressora e conexão à Internet.

3.4.1.2- boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal.

3.4.1.3 - equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas.

3.4.1.4 -ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade.

3.4.1.5 - área física adequada à prestação dos serviços de manutenção.

3.4.1.6 - macacos do tipo "eleva-car".

3.4.1.7 - equipe técnica preferencialmente uniformizada.

3.4.2 — Executarem os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais, nas suas instalações, independentemente ou não da marca do veículo.

3.4.3 - Responsabilizarem-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela oficina, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após o vencimento do Contrato.

3.4.4 - Responsabilizarem-se integralmente pelos veículos que estiverem sob sua guarda, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-os à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a sua devolução ao CONTRATANTE.

3.4.5 - EXECUTAR OS SERVIÇOS SOLICITADOS, COM PESSOAL QUALIFICADO, MEDIANTE O EMPREGO DE TÉCNICA E FERRAMENTAL ADEQUADOS, DEVOLVENDO OS VEÍCULOS AO CONTRATANTE EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNCIONAMENTO, OBSERVANDO-SE AS SEGUINTE
CONDIÇÕES:

3.4.5.1- Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços.

I — No caso de mau atendimento, o CONTRATANTE não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada pela CONTRATADA, e fará um comunicado a esta, dos fatos que motivaram tal decisão; e

II - O CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada pela CONTRATADA, mediante apresentação de três orçamentos, a fim de estabelecer um parâmetro com os preços de mercado. Caso não seja possível a análise do menor preço através da apresentação de mais de um orçamento, o CONTRATANTE estabelecerá o parâmetro com os preços de mercado por outros meios.

3.4.6 - Fornecer sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.

3.4.7 - Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo CONTRATANTE, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional/ a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

3.4.8 - Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, originais ou similares, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização escrita do CONTRATANTE.

3.4.9 - Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar diretamente com o CONTRATANTE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.10 - Atender com prioridade as solicitações do CONTRATANTE, para execução de serviços durante o período eleitoral, compreendido entre agosto e novembro em anos de eleições.

3.4.11- Fornecer em seu orçamento a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço, prazo de garantia e o custo dos serviços a serem empregados para aprovação do CONTRATANTE.

3.4.12 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender.

3.4.13 - Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (acessórios), causadas por seus empregados, prepostos, ou às subcontratadas.

3.4.14 - Devolver, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a conclusão dos serviços, o veículo (limpo internamente e lavado externamente), com todas as peças e componentes que foram substituídos, sem que isso traga ônus para o contrato.

3.4.15 - Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do CONTRATANTE.

3.4.16- Manter estrutura de "leva e traz" destinada ao atendimento, quando necessário, aos veículos com problemas, tendo como objetivo, apanhar o veículo nas instalações do TRE/RO, e, após a conclusão dos serviços, devolvendo-o no mesmo focal.

3.4.17 - Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor do CONTRATANTE,

3.4.18 - Arcar diretamente com as despesas necessárias para a realização de inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados/recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado danos de média monta. Entendendo por média monta, os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de segurança especificado pelo fabricante, e que reconstituídos, possam voltar a circular nas vias públicas.

3.4.18.1- O pagamento das despesas realizadas pela oficina credenciada da CONTRATADA relativo às vistorias e laudos técnicos nas hipóteses a que se referem o subitem "3.4.19", serão liquidadas à CONTRATADA através do contrato, sendo que a liquidação somente ocorrerá com a emissão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vistoria e/ou laudo que comprove que o veículo possui perfeitas condições técnicas para circular em vias públicas com segurança.

3.4.19 - Atender às necessidades de manutenção da frota em regime de:

3.4.19.1 - Assistência a uma ou a multimarcas de veículos.

3.4.19.2 - Assistência a uma ou mais categorias de veículos previstas no subitem 3.2.

3.4.19.3 - Assistência a uma ou a várias especialidades.

3.4.20 - Durante o atendimento ao veículo a oficina credenciada pela CONTRATADA deverá:

3.4.20.1 - Receber e inspecionar o veículo do CONTRATANTE.

3.4.20.2 - Enviar para o CONTRATANTE via Internet, através do sistema informatizado da CONTRATADA, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo com as descrições das peças, materiais, e serviços com os tempos de execução em horas e preços líquidos.

3.4.20.3 - Somente executar os serviços após autorização expressa do CONTRATANTE, através do sistema informatizado da CONTRATADA, ou conforme orientações da Seção de Serviços Gerais e Controle de Terceirizados do TRERO.

3.4.20.4 - Fornecer para os veículos do CONTRATANTE, peças e componentes genuínos, originais ou similares, para toda linha automotiva nacional.

3.4.20.5 - Prestar serviços de forma regular e eficiente, disponibilizando profissionais qualificados para tanto.

3.4.20.6 - Responder cível e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato.

3.4.21 - Para os fornecimentos de peças, componentes e materiais para manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, a rede de autopeças credenciada pela CONTRATADA, deve:

3.4.21.1 - Somente fornecer peças, componentes, acessórios e materiais após autorização expressa do CONTRATANTE, através do sistema informatizado da CONTRATADA, ou conforme orientações da Seção de Serviços Gerais e Controle de Terceirizados.

3.4.22 - Todas as oficinas e autopeças credenciadas pela CONTRATADA devem fornecer as peças, componentes e materiais com preços à vista.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.23 - Disponibilizar serviço de guincho quando necessário, onde houver estabelecimentos credenciados, quando os veículos oficiais da Frota do TRE e requisitados de outros órgãos estiverem impossibilitados de se deslocarem até as oficinas.

3.5 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PELA CONTRATADA

3.5.1 - OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO COMPREENDEM:

3.5.1.1 - Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle da vida mecânica e das despesas com manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE.

3.5.1.2- Sistemas operacionais para processamento das informações nos computadores do CONTRATANTE pela Web (Internet).

3.5.1.3 - A CONTRATADA disponibilizará acesso ao CONTRATANTE do seu sistema informatizado, o qual possibilitará emissão de relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico/sintético por veículo, contendo todos os serviços de manutenções, individualmente discriminados por veículo apresentando data, hora, local, quilometragem, descrição das peças, componentes, materiais e serviços empregados, juntamente com o relatório dos valores devidos a título de taxa de administração.

3.5.1.4 - Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação do veículo, e respectiva lotação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerência! de dados disponíveis para o CONTRATANTE e todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como: Tabelas de Grupo, Materiais e serviços genéricos.

3.5.1.5 - Processo de consolidação de dados, e emissão de relatórios para o CONTRATANTE pela Internet.

3.5.1.6 - Rede de oficinas mecânicas e autopeças equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.

3.5.1.7 - Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos do CONTRATANTE, junto às oficinas credenciadas.

3.5.1.8 - Envio para arquivamento do CONTRATANTE das notas fiscais liquidadas junto da rede de oficinas e autopeças credenciadas, e em formato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

digital pelo menos as seguintes informações das notas fiscais entregues: razão social, endereço completo, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Data de emissão, modelo da Nota Fiscal/Fatura, natureza da operação, série da Nota Fiscal/Fatura, valor total de produtos, valor total de serviços, valor total da Nota Fiscal/Fatura.

3.5.1.9 - Ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE sobre a CONTRATADA, não eximirá a mesma de total responsabilidade quanto à execução dos referidos serviços.

4. DOS RELATÓRIOS

4.1 - Os Relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- a) relação dos veículos por marca, modelo e ano de fabricação;
- b) histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida e valor total da operação e saldo do cartão;
- c) análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
- d) quilometragem percorrida pelos veículos;
- e) histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo TRERO;
- f) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- g) preço médio pago pelas mercadorias/serviços adquiridos pela frota;
- h) descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- i) relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;
- j) relatórios constando apenas os veículos que apresentaram distorções em termos de quilometragem/hora e consumo de combustíveis;
- k) relatório do histórico da vida mecânica, com a discriminação das peças, componentes, materiais e serviços, com dados da garantia e valores;
- l) relatório do histórico do limite de consumo de combustível, contendo no mínimo a placa, marca, tipo e ano do veículo, data, hora, local, nome do servidor, nome do estabelecimento, quantidade de litros, hodômetro, valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

unitário, valor total, média km/l prevista e realizada, limite previsto e realizado e preço médio do combustível.

Este relatório tem por objetivo controlar as variações dos valores limites do consumo de combustível previstos pelo Tribunal com base nos valores realizados;

(*) Os limites do consumo de combustível poderão ser fixados a critério do TRE/RO, por veículo ou por lotação e poderá ser definido em função da:

I – Quantidade de litros;

II - Valor do combustível; e

III- Quilometragem percorrida.

m) o CONTRATANTE pode, a qualquer momento, solicitar novos relatórios, de acordo com a sua necessidade; e

n) disponibilidade para o CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro horas) contadas da ocorrência do evento, das informações referentes às operações da frota por meio eletrônico via download, em arquivos nos formatos e descrições de campos a serem fornecidas pelo CONTRATANTE.

5. DO SISTEMA INFORMATIZADO

5.1 - DOS DADOS DO SISTEMA

I - Para fins de back-up, a CONTRATADA fornecerá trimestralmente à Seção de Transportes, em mídia eletrônica (CD) ou outro meio, todos os dados dos eventos cadastrados, referentes à frota do CONTRATANTE, no seu sistema informatizado.

5.2 - DA PARALISAÇÃO DO SISTEMA

I - Quanto à análise, diagnóstico e solução de problemas relativos ao sistema, o CONTRATANTE e a CONTRATADA determinarão a severidade do problema, de comum acordo, respeitadas as situações abaixo:

a) SEVERIDADE UM: Corresponde a problemas que acarretem a paralisação do sistema; cabendo à CONTRATADA alocar todos os seus esforços objetivando sua solução, valendo-se, inclusive, de suporte e consultoria externa, num prazo máximo de 24 horas da devida comunicação formal do problema de forma clara e precisa;

b) SEVERIDADE DOIS: Corresponde a um problema que cause grande impacto ao sistema; cabendo à CONTRATADA alocar seus esforços objetivando a solução, num prazo de até 72 horas da comunicação formal do problema de forma clara e precisa; e

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **SEVERIDADE TRÊS:** Corresponde a um problema que não afete a operacionalidade do sistema, cabendo à CONTRATADA viabilizar uma situação de contorno enquanto investiga sua solução definitiva.

6. DAS CIDADES COM POSTOS DE ABASTECIMENTO

CIDADES	QUANTIDADES MÍNIMAS DE
Porto Velho	10
Distrito de Extrema	01
Distrito de Abunã	01
Distrito de Jaci Paraná	01
Guajará Mirim	02
Nova Mamoré	01
Candeias do Jamari	01
Itapuã do Oeste	01
Ariquemes	04
Monte Negro	01
Alto Paraíso	01
Cacaulândia	01
Cujubim	01
Rio Crespo	01
Machadinho do Oeste	02
Vale do Anari	01
Jaru	03
Governador Jorge Teixeira	01
Theobroma	01
Ouro Preto do Oeste	03
Mirante da Serra	01
Nova União	01
Teixeirópolis	01
Vale do Paraíso	01
Ji-Paraná	04
Presidente Médici	01
Cacoal	04
Ministro Andreazza	01
Espigão do Oeste	02
Pimenta Bueno	02
Primavera de Rondônia	01

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vilhena	04
Chupinguaia	01
Colorado do Oeste	02
Cabixi	01
Cerejeiras	02
Corumbiara	01
Pimenteiras de Rondônia	01
Rolim de Moura	03
Castanheiras	01
Novo Horizonte do Oeste	01
Santa Luzia	01
São Felipe do Oeste	01
Alto Alegre dos Parecis	01
Parecis	01
Alta Floresta do Oeste	02
Nova Brasilândia do Oeste	01
São Miguel do Guaporé	02
Seringueiras	01
Costa Marques	02
São Francisco do Guaporé	01
Alvorada do Oeste	02
Urupá	01
Buritis	02
Campo Novo de Rondônia	01

7 - DAS CIDADES COM OFICINAS PARA MANUTENÇÃO

ATENDIMENTO DE MANUTENÇÃO						
CIDADE	Quantidades Mínimas de Estabelecimento Por Esp					
	1	2	3	4	5	6
Porto Velho	8	3	3	4	10	5
Guajará Mirim	2	1	1	2	3	1
Ariquemes	3	2	2	3	5	2
Buritis	2	1	1	2	3	1
Machadinho do Oeste	2	1	1	2	3	1
Jaru	3	2	2	3	5	2

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ouro Preto do Oeste	3	2	2	3	5	2
Ji-Paraná	3	2	2	3	5	2
Presidente Médici	2	1	1	2	3	1
Cacoal	3	2	2	3	5	2
Espigão do Oeste	2	1	1	2	3	1
Pimenta Bueno	3	2	2	3	5	2
Vilhena	4	2	3	4	6	3
Colorado Oeste	2	1	1	2	3	1
Cerejeiras	2	1	1	2	3	1
Rolim de Moura	3	2	2	3	5	2
Santa Luzia do Oeste	2	1	1	2	3	1
Alta Floresta do Oeste	2	1	1	2	3	1
Nova Brasilândia do Oeste	2	1	1	2	3	1
São Miguel do Guaporé	2	1	1	2	3	1
Costa Marques	2	1	1	2	3	1
São Francisco do Guaporé	2	1	1	2	3	1
Alvorada do Oeste	2	1	1	2	3	1

ANEXO II**Relação de Veículos TRE/RO**

ITEM	MODELO	ANO	PLACA	RENAVAM	LOCAÇÃO
1	VW GOL	2011/2012	NCO 9939	352533609	PORT
2	VW GOL	2011/2012	NCP 0819	352546530	PORT
3	VW GOL	2010/2011	NEA 9098	273865315	PORT
4	VW GOL	2010/2011	NEB 4518	274195950	PORT
5	VW GOL	2012/2013	NBU 0161	508498597	PORT
6	VW GOL	2010/2011	NDA 0428	273321056	PORT
7	VW GOL	2011/2012	NCP 0769	352542128	PORT
8	VW GOL	2011/2012	NCR 4459	353581275	PORT
9	VW AMAROK	2012/2013	NBS 8602	518489205	PORT
10	VW AMAROK	2012/2013	NBS 3782	515667277	PIMEN
11	VW AMAROK	2012/2013	NBS 3752	515647489	PORT

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	VW AMAROK	2012/2012	NBR 1221	506298647	PORTO
13	TOYOTA HILUX	2016/2017	OXL 9405	1107791712	PORTO
14	TOYOTA HILUX	2016/2017	OXL 9395	1107791623	PORTO
15	TOYOTA HILUX	2016/2017	OXL 9385	1107791534	PORTO
16	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6416	1072610539	VII
17	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6286	1072600525	ARIC
18	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6246	1072599179	J
19	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6206	1072595181	PORTO
20	TOYOTA HILUX	2015/2015	OHW 6146	1072591704	CA
21	NISSAN FRONTIER	2005/2006	NCP 9435	884172678	PORTO
22	MITSUBISHI L200 TRITON	2010/2011	NDR 1968	273877437	CER
23	MITSUBISHI L200 TRITON	2010/2011	NDR 1958	273871510	SÃO
24	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCM 9541	1039308241	OURO PRE
25	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCM 9561	1039309205	JI PA
26	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCN 0471	1039613052	ESPIGÃO
27	MITSUBISHI L200 TRITON	2015/2015	NCM 9531	1039306036	COLORAD
28	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0947	1016272542	ROLIM
29	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0957	1016272577	GUAJA
30	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2014	NCD 3921	994980078	BU
31	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2014	NCD 3931	994982160	MACH
32	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0977	1016272615	ALVORAD
33	MITSUBISHI L200 TRITON	2014/2015	OHR 0967	1016272593	NOVA BR
34	FORD RANGER	2011/2012	NBO 6273	458756644	ALTA FL O
35	FORD RANGER	2011/2012	NBO 6103	458756695	COSTA
36	FIAT IVECO TECTOR	2014/2014	OHS 3467	1016639322	PORTO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

37	FIAT IVECO DAILY	2013/2014	NCI 5272	1038755759	PORT
38	FIAT FREEMONT	2012/2012	NBQ 6541	505726238	PORT
39	FIAT DUCATO	2009/2010	NCF 4039	182634850	PORT

ANEXO III**MODELO PADRÃO DE PROPOSTA**

	Item	Valor Mensal Estimado de serviços (R\$)	Período	Valor total estimado de serviços (R\$)	Taxa de administração Estimada (%)	Val d
LOTE ÚNICO	Serviços de gerenciamento da frota, compreendendo a implantação, operacionalização e disponibilização, por meio de sistema informatizado, de postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela contratada para prestarem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagens de veículos, manutenção, manutenção elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento e balanceamento de rodas e fornecimentos	34.166,67	30 meses	1.025.000,00		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de peças, pneus, e demais materiais demandados pela frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.					
---	--	--	--	--	--

Em 27 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRIO LEME DA ROCHA JUNIOR, Chefe de Seção**, em 27/12/2019, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492050** e o código CRC **184F6ED9**.

0002603-23.2019.6.22.8000

0492050v8

Criado por 002767692348, versão 8 por 002767692348 em 27/12/2019 10:43:56.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002603-23.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE

ASSUNTO: Pregão eletrônico – Serviço de gerenciamento de frota de veículos – Análise da minuta do edital e do contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 0485853 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Transporte - SET deste TRE/RO ([0471562](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de frotas de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

02. O pleito foi objeto de análise desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico AJDG nº [0478338](#)/ 2019 - PRES/DG/AJDG, oportunidade na qual esta unidade opinou pela realização da contratação por meio de processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica**, tipo “**menor preço por global estimado**”, nos termos da Lei nº 10.520/02 e art. 4º do Decreto nº 5.450/05, sendo **inaplicáveis** o regime de exclusividade na participação de ME's EPP's, consoante art. art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC nº 123/2006, e pela **restrição na divulgação dos preços estimados** para a contratação, conforme art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

03. Após Manifestação do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade ([0478357](#)), a Diretora-Geral **aprovou** o TR nº 124, tendo em vista os elementos mínimos essenciais definidos no artigo 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05, bem como **autorizou a despesa** pretendida, nos moldes sugeridos por esta AJDG, determinando a aplicação das regras de sustentabilidade ambiental, consoante Despacho nº 5887 /2019 – PRES/DG/GABDG ([0479327](#)).

04. Em seguida, a Seção de Licitação e Compras – SLC juntou cópias da Portaria nº 143/2005, que institui o pregão eletrônico no âmbito deste Tribunal e da Portaria nº 703/2019, que designa pregoeiros pelo período de 1 (um) ano ([0480692](#)), e solicitou esclarecimento sobre o atestado de capacidade, uma vez que a redação do item 7.5.4, I, letra B, do TR nº 124 suscitava dúvidas em sua interpretação, conforme Solicitação de Diligência SLC ([0481650](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Diante disso, a unidade demandante sugeriu uma nova redação ao item mencionado ([0481736](#)) que foi acolhida pelo secretário da SAOFC (Despacho nº 6210/2019 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC – [0483886](#)), e cominou na elaboração de um novo TR nº 142 ([0483913](#)) com a alteração esta alteração pontual mencionada.

06. No Despacho nº 6224/2019-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0484083](#)), o titular da SAOFC encaminhou aos autos para SLC, com intuito de continuidade do feito, e postergou a aprovação do novo TR pela DG para o momento de aprovação do Edital.

07. Redigido o instrumento convocatório ([0484145](#)), vieram os autos para análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0484145](#)). Ainda, o chefe da SLC manifestou no sentido de divulgação do valor estimado da contratação, restringindo apenas o percentual da taxa de administração estimada, pois a observância deste valor na proposta como elemento fixo é critério objetivo de sua aceitação/recursa e apenas a taxa será objeto de disputa.

08. Em resposta da Solicitação de Diligência desta Assessoria Jurídica com relação a ausência de previsão de reajuste por meio de índices ([0485226](#)), a SLC explicou que para este tipo de serviço não se aplica este instituto, pois a disputa entre os licitantes se dará pela taxa de administração ofertada e o valor contratual não irá modificar, em regra, no decorrer do contrato, consoante Informação nº 8542 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0485331](#)). Ainda, informou que ao futuro contrato é perfeitamente aplicável o instituto da revisão, previsto no art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, independente de previsão contratual. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

10. A minuta do edital em tela ([0484145](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Constata-se satisfeitos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente os do art. 40, e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/05, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

11. Como se trata de serviço de gerenciamento de frota de veículos, as propostas e os lances serão ofertados **POR LOTE ÚNICO**, considerando o **VALOR TOTAL - subitem 7.1.1 do Edital**.

12. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (subitens 9.1, 9.4 e 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada pela mesma através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET (subitem 9.6, letra d).

13. Ressalta-se também que na elaboração do instrumento, especificamente no **item 10.3**, o registro de prazo razoável de **02 (duas) horas** a partir da solicitação do Pregoeiro para o envio de documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, sob pena de inabilitação, nos termos da Instrução Normativa MPLOG nº 1, de 26 de março de 2014.

14. Quanto de previsão de reajuste, na Informação 8542 ([0485331](#)), a SLC esclareceu o motivo de sua ausência na minuta do contrato e do edital juntada, *in verbis*:

compulsando os autos, verifica-se que a subcláusula sexta da cláusula décima terceira da minuta de contrato ([0477939](#)) assim dispõe:

"Em razão da natureza dos serviços, para os quais a contratada será remunerada pela taxa de administração incidente sobre os valores efetivamente executados, o percentual da taxa de administração não poderá ser reajustado durante a vigência deste Contrato, podendo, todavia, ser objeto de redução na hipótese descrita no inciso III do subitem 8.2.1 do Termo de Referência respectivo."

Tal dispositivo da minuta de instrumental contratual originou-se do Termo de Referência nº 124, quem assim dispõe:

8.2.1., III - O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. Previamente à decisão acerca da prorrogação, a Administração verificará a eventual vantajosidade do ato, oportunidade na qual, em razão das condições de mercado, a contratada poderá propor a redução do percentual da taxa de administração contratada como condição para a prorrogação.

(...)

8.2.2. "Em razão da natureza dos serviços, para os quais a contratada será remunerada pela taxa de administração incidente sobre os valores efetivamente executados, o percentual da taxa de administração não poderá ser reajustada durante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a vigência do contato, podendo, todavia, ser objeto de redução na hipótese descrita no inciso III do subitem 8.2.1 deste TR."

Como se verifica, o TR e a minuta de contrato, ambos anexos do edital, previram:

- a) a remuneração mediante "taxa";
- b) a possibilidade de revisão da taxa em razão das condições de mercado;
- c) a vedação do reajuste, por se tratar de taxa.

A nosso ver, os licitantes não irão concorrer pelo valor, pois esse é fixo, conforme item 7.4.2 do TR. A concorrência se dará pela TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADA. Logo, não há que se falar em reajuste, visto que não é negociado preço, mas apenas a taxa. O valor, como dito, é fixo, não podendo a contratada modificá-lo, estando ainda sujeita à redução ou majoração unilateral pela Administração de até 25%. A taxa, por sua vez, manter-se-á até o final do contrato, salvo se as condições de mercado indicarem necessidade de alteração, o que depende da análise do caso concreto. Por essas razões, entende-se inaplicável a estipulação de reajuste por meio de índices.

Por outro lado, apesar da ausência de previsão de índice de reajuste, ao contrato é perfeitamente aplicável o instituto da revisão, previsto no art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, independente de previsão contratual.

15. A justificativa citada demonstra a plausibilidade da não utilização do reajuste a ser aplicado na taxa de administração. Destaca-se, ainda, que havendo a necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro da futura contratação, poderá ser utilizado o instituto da revisão contratual prevista no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/9, independentemente de previsão contratual.

16. Nesse sentido, é o entendimento a Advocacia Geral da União que em sua Orientação Normativa nº 22 aduz:

O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, **independentemente** de previsão contratual, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra "d" do inc. II, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993. (sem grifo no original)

17. Desta forma, esta unidade jurídica reconhece os argumentos levantados pela SLC para motivar a inexistência de previsão editalícia e contratual do reajuste.

18. Outro ponto relevante é quanto o sigilo do preço estimado, o pregoeiro, com o objetivo de atender o item 5 do Despacho nº 5887/2019 – PRES/DG/GABDG ([0479327](#)), cuidou para que eles os não fossem divulgados, **consoante o subitem 15.10 da Minuta do Edital**. Contudo, na Remessa SLC [0484146](#), ele sugeriu que apenas a taxa estimada fosse mantida em sigilo, sendo o valor estimado divulgado. Isto porque a observância deste como um valor fixo na proposta é critério objetivo de aceitação/recusa, ou seja, para o licitante elaborar uma proposta precisa, é



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessário o ela ter conhecimento sobre qual valor irá incidir a taxa de administração que irá ofertar.

19. Destarte, tendo em vista que o valor estimado é fixo e elemento imprescindível para a elaboração da proposta, entende-se que o posicionamento do pregoeiro é o correto a ser seguido. E, caso a autoridade competente, acolha a modificação sugerida, as eventuais adequações na minuta de edital, consistente na indicação da rubrica orçamentária e na supressão do subitem 15.10, não afeta a presente análise.

20. No tocante aos termos da **minuta de contrato (0477939)**, em sua análise formal, percebe-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

21. Com relação ao **TR nº 142**, verifica-se que a alteração realizada pela Seção de Transporte manteve seu conteúdo, modificando apenas a redação do item 7.5.4. Assim, reporto-me aos fundamentos do parecer jurídico inicial (0478338), o qual analisou o TR substituído, para afiançar que o novo TR ser apresentado a autoridade competente para aprovação, em atendimento ao inciso II do art. 14 do Decreto Federal nº 10.024/19.

III - DA CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo **sigilo apenas da taxa de administração estimada**, sendo, portanto, o valor global fixo estimado divulgado a fim de que o licitante tenha conhecimento de todos os elementos relevantes para elaboração de sua proposta. Caso a autoridade competente acolha esta sugestão, não há necessidade de retornar os autos para este setor com intuito de analisar as consequentes adaptações na minuta do edital.

23. Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta do contrato (0477939)**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, e **APROVA** os termos da **minuta do edital e seus Anexos (0484145)**, encontrando-se este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

24. Por fim, deve-se retirar do texto os subitens 8.9 ao 8.9.7 da minuta do edital antes de sua publicação, pois a possibilidade de apresentação de amostra não é aplicada este tipo de contratação.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 09/12/2019, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/12/2019, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0485853** e o código CRC **AF0B8808**.

0002603-23.2019.6.22.8000

0485853v8

Criado por 014827562356, versão 8 por 014827562356 em 09/12/2019 14:52:15.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002603-23.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTES - SET

ASSUNTO: Contratação de Gerenciamento da frota de veículos do TRE

DESPACHO Nº 5887 / 2019 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Transportes – SET com a finalidade de **contratação de Gerenciamento da frota de veículos do TRE**, compreendendo abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, aquisição de peças, lava jato e borracharia para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0471562](#)).

Os contornos gerais da aquisição pretendida, estimada em **R\$ 1.029.510,00** (um milhão, vinte e nove mil e quinhentos e dez reais) foram definidos no Termo de Referência nº 124 ([0471599](#)).

Carreou-se aos autos com a pesquisa de mercado realizada em outros órgãos públicos (eventos [0471594](#), [0471596](#), [0471597](#) e [0471598](#)), sendo sintetizada no item 6.3 do TR a justificar o valor estimado da presente contratação e do percentual da taxa de administração aplicável.

A unidade demandante juntou o Termo de Referência nº 124 ([0471599](#)), contendo o objeto, a justificativa, o valor e a previsão de aquisições, aderência ao plano orçamentário, critérios de aceitação da proposta e específicos de habilitação, do contrato, obrigações das partes, do pagamento, das penalidades, fiscalização e gestão.

Nos termos da Informação n. 7734 ([0475032](#)), a COFC registra que por tratar-se de despesa a ocorrer somente no exercício 2020 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 22/2019-CN](#), bem como de abertura do exercício financeiro 2020, registrando ainda que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2020 tramita no processo nº [0000737-77.2019.6.22.8000](#), com previsão dos valores supra informados para efetivação da contratação do objeto desta contratação.

A COMAP concluiu que o Termo de Referência nº 124 ([0471599](#)), complementado por seus anexos, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da lei n. 10.520/2002 e o art. 8º, II **do Decreto Federal n. 10.024/2019**. Registrou que, embora a unidade demandante tenha optado pela formação de registro de preços, facilmente se conclui pela sua não aplicação uma vez tratar-se uma contratação para aquisição imediata, fato que configura mero equívoco da unidade demandante, não se fazendo necessário operar-se ajustes por meio de diligências, uma vez que tal equívoco pode ser plenamente superável nas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

análises e publicações subsequentes, tudo visando a celeridade processual ([0474003](#)).

A SECONT juntou ao evento n. [0477939](#) a minuta do instrumento contratual que regerá a relação contratual entre este órgão e a empresa vencedora do certame.

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, por meio do Parecer Jurídico AJDG [0478338](#), pela aprovação do Termo de Referência, pela adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por menor preço global estimado, obtido pela aplicação da taxa de administração ofertada pela licitante sobre o valor global fixo estimado para a execução dos serviços, pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.

Por fim, a SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0478357](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando que o valor estimado da pretensa contratação extrapola a situação de dispensa legal, e que se trata de bens definidos como comuns, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital do certame (art. 3º, II do Decreto 10.024/2019), adota-se a modalidade de licitação **pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao contido no § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019, procedimento que foi incorporado por este Regional por meio da Portaria n. 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, em atenção ao art. 1º, § 1º, Decreto n. 10.024/2019.

O edital de licitação, deve estabelecer tipo de licitação **menor preço global estimado, obtido pela aplicação da taxa de administração ofertada pela licitante sobre o valor global fixo estimado para a execução dos serviços** oferecido para o único lote do certame conforme os critérios de aceitação de proposta e forma de adjudicação apresentados no item 7.4 do TR.

Encontra-se, também, devidamente justificado o dimensionamento do prazo em 30 (trinta) meses para a vigência inicial do contrato, em razão da possível ampliação da disputa e redução de preços, posto tratar-se de serviços contínuos, bem como o critério aplicável para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

agrupamento dos diversos módulos e serviços que se quer contratar em lote único.

No caso *sub examine*, o valor a ser contratado, especificado no item 6 do TR n. 124 ([0471599](#)) excede o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de forma que não deverá ser aplicado o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

No que tange aos critérios de sustentabilidade ambiental, o item 5 do TR estabelece a obrigação da contratada fornecer os relatórios, materiais de treinamento e manuais em meio digital.

Deve-se enfatizar, que o edital do certame deve observar as recomendações contidas no [art. 15 do Decreto Federal n. 10.024/19](#) quanto à restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, mas retirando seus valores dos documentos que serão objeto de publicação.

Por fim, no presente caso, nos termos disposto no item no item 8 do TR n. 124 ([0471599](#)), o instrumento de **contrato** juntado aos autos no evento 0477939 que regulará a relação entre a Administração Contratante e a Contratada, será objeto de análise juntamente com o instrumento convocatório, para fins do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, nos termos registrados no item 26 do parecer jurístico n. [0478338](#) da AJDG.

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral:

1. Aprova o Termo de Referência 124 ([0471599](#)) porquanto possui os elementos essenciais definidos no inciso II do artigo 3º da lei n. 10.520/2002 e nos incisos XI do art. 3º e II do art. 14 do Decreto Federal n. 10.024/19.

2. Autoriza a despesa mediante licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por **menor preço global estimado, obtido pela aplicação da taxa de administração ofertada pela licitante sobre o valor global fixo estimado para a execução dos serviços**, com fulcro no [§ 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/93](#) c/c [Lei n. 10.520/02](#) e [§1º do art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/19](#);

3. Determina a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado para os itens se encontra acima do limite balizado pelo art. 6º, do Decreto Federal n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, alterada pela LC n. 147, de 7 de agosto de 2014.

4. Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, nos moldes do item 5 do Termo de Referência;

5. Determina a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, retirando seus valores dos documentos que serão objeto da publicação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [art. 15 do Decreto Federal n. 10.024/19](#);

À SAOFC para prosseguimento, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 21/11/2019, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0479327** e o código CRC **90BF0E6A**.

0002603-23.2019.6.22.8000

0479327v30

Criado por 018005762348, versão 30 por 000396362321 em 21/11/2019 16:45:32.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002603-23.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n. 01/2020 – Serviço de gerenciamento de frota de veículos.

PARECER JURÍDICO Nº 9 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Transporte - SET deste TRE/RO ([0471562](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de frotas de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0484145](#)) referente a pretendida contratação, o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº [0485853](#)/2018-PRES/DG/AJDG.

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 38/2019 ([0489330](#)) em 19/12/2019, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0489333](#)). Contudo, houve sua suspensão em 30/12/2019 ([0492638](#)) devido de alterações no TR oriundas da solicitação de esclarecimento protocolada ([0491442](#), [0491545](#) e [0492016](#)). Consequentemente, foi publicado o Edital nº 01/2020 ([0492819](#)), em 03/01/2019 ([0493808](#)), contendo o TR nº 161, com as atualizações do Anexo I (Especificações Técnicas).

04. Além disso houve uma impugnação Edital nº 01/2020 julgada improcedente ([0494749](#), [0494841](#) e [0495070](#)).

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a)** relatório de propostas ([0495889](#));
- b)** proposta inicial ([0495891](#)) e atualizada ([0495901](#)) da empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, CNPJ nº 03.506.307/0001-57;
- c)** documentos de habilitação da empresa mencionada ([0495900](#) e [0495901](#));
- d)** manifestação favorável da unidade técnica quanto aos documentos mencionados ([0495911](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0496134](#)), Resultado por Fornecedor ([0496136](#)), Termo de Adjudicação ([0496135](#)), Resultado de Licitação ([0496196](#)) e comprovante de envio desta ao Diário Oficial da União – DOU e ao Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0496405](#)).

07. Por fim, em seu relatório ([0496202](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0496413](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Com relação ao Edital nº 38/2019, houve 01 (um) pedido de esclarecimentos, sendo devidamente respondidos ([0492016](#)) e resultando na modificação do TR ([0492021](#), [0492050](#) e [0492054](#)). Quanto ao Edital nº 01/2020, houve 3 (dois) pedidos de esclarecimento, dos quais 02 (dois) foram tempestivos ([0494537](#) e [0494773](#)) e 01 (um) intempestivo ([0495886](#)). Houve, também, 01 (uma) impugnação ao edital julgada improcedente ([0495070](#)). Em síntese, a empresa NP3 COMERCIO E SERVIÇOS questionou o objeto da licitação, alegando que este restringe a competitividade, todavia não expôs objetivamente qual a retificação desejada no Edital. Após consultar a unidade técnica ([0495012](#)), o pregoeiro adotou o posicionamento da unidade técnica com fundamento e julgou improcedente a impugnação, haja vista que a descrição do objeto gera



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

economia para administração e não reduz a competitividade, bem como está em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU ([0495070](#)).

b) Desclassificação de propostas: Não houve.

c) Lances: Os melhores lances para todos os itens deste estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0495889](#)) e todos os lances do certame na Ata do Pregão ([0496134](#)). Não houve recusa de lances.

d) Fase de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do subitem 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0496202](#)), cuja as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação da proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Item deserto: Não houve.

g) Fase de Habilitação: O pregoeiro habilitou a licitante TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, CNPJ nº 03.506.307/0001-57 ([0495900](#) e [0495901](#)).

h) Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.

11. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

12. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0496134](#)).

13. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0496135**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

15. Cabe ressaltar que, oportunamente, deverá vir aos autos a comprovação da publicação do resultado desse certame no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 21/01/2020, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 21/01/2020, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0496699** e o código CRC **07630D4E**.

0002603-23.2019.6.22.8000

0496699v3

Criado por 014827562356, versão 3 por 004891562321 em 21/01/2020 12:07:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002603-23.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE

ASSUNTO: Pregão Eletrônico n. 01/2020 – Serviço de gerenciamento de frota de veículos - Homologação.

DESPACHO Nº 64 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Transporte - SET deste TRE/RO ([0471562](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de frotas de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico n. 01/2020 ([0492819](#)).

Da tramitação do procedimento licitatório, verifica-se que inicialmente publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 38/2019 ([0489330](#)) em 19/12/2019, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0489333](#)). Contudo, o certame foi suspenso em 30/12/2019 ([0492638](#)) devido de alterações no TR oriundas da solicitação de esclarecimento consoante eventos [0491442](#), [0491545](#) e [0492016](#). Consequentemente, foi publicado o Edital nº 01/2020 ([0492819](#)) em 03/01/2019 ([0493808](#)) contendo o TR nº 161 com as atualizações do Anexo I (Especificações Técnicas).

Em relação ao Edital nº 38/2019, houve 01 (um) pedido de esclarecimento sendo devidamente respondidos ([0492016](#)) e resultando na modificação do TR ([0492021](#), [0492050](#) e [0492054](#)).

Quanto ao Edital nº 01/2020, houve três pedidos de esclarecimento, dos quais 02 (dois) foram tempestivos ([0494537](#) e [0494773](#)) e um intempestivo ([0495886](#)). Houve, também, 01 (uma) impugnação ao edital julgada improcedente ([0495070](#)).

Verifica-se que o certame transcorreu normalmente no que diz respeito as propostas, lances, não havendo itens cancelado ou desertos, sendo ao final habilitada a licitante TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, CNPJ nº 03.506.307/0001-57 ([0495900](#) e [0495901](#)), a quem o objeto foi adjudicado Não houve registro de intenção de recurso.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0496134](#)); o Resultado por Fornecedor ([0496136](#)); Relatório do Pregoeiro ([0496202](#)) registrando as principais ocorrências do certame, Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação ([0496135](#)), Resultado de Licitação ([0496196](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0496711](#)).

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante TICKET SOLUCOES HDFGT S/A, CNPJ n. 03.506.307/0001-57, valor global R\$ 977.952,50. Não havendo recurso, foi adjudicado o objeto à vencedora.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0496135](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0496699](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/19, de modo que se atestat a regularidade e validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0496134](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 01/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0496135](#)).

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/01/2020, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0496743** e o código CRC **50E96C4C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 011001942313, versão 18 por 000396362321 em 23/01/2020 18:25:01.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 31Jan20 NUMERO: 2020NE000121 ESPECIE: ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 03506307/0001-57 - TICKET SOLUCOES HDFGT S/A
ENDERECO : MACHADO DE ASSIS 50 EDIF 2 SANTA LUCIA
MUNICIPIO : 8577 - CAMPO BOM UF: RS CEP: 93700-000
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE

G/SET NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, CONF. PE Nº 01/2020, PARECER JURÍDICO 9 DA AJDG (0496699), DESPACHO 64 DA DIRETORIA GERAL (0496743), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0498061) E DESACHO 143 DA SAOFC(0499086).

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339030 000000 ADM MATAUX
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00026032320196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 100.000,00
CEM MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 01 -COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES A
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 100.000,00
VALOR DO SEQ. : 100.000,00

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DO TRE/RO, NO EXERCÍCIO DE 2020.

T O T A L : 100.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

IRLEDA MARIA SOARES
DA SILVA:34104992291

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 03Fev20 NUMERO: 2020NE000136 ESPECIE: ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV. PRES. DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 03506307/0001-57 - TICKET SOLUCOES HDFGT S/A
 ENDEREÇO : MACHADO DE ASSIS 50 EDIF 2 SANTA LUCIA
 MUNICIPIO : 8577 - CAMPO BOM UF: RS CEP: 93700-000
 TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

G/SET NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, CONFORME
PE Nº 01/2020, PARECER JURÍDICO 9 DA AJDG (0496699), DESPACHO 64 DA DIRETORIA
GERAL (0496743), TERMO HOMOLOGAÇÃO (0498061) E DESACHO 143 DA SAOFC (0499086).

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339039 000000 ADM MANVEI
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00026032320196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 70.000,00

SESENTA MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

**FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253**

JOAO VICENTE
FILHO:22053670215



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 02/2020/TRE-RO, assinado em 05/02/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2020. Contratada: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, CNPJ n. 03.506.307/0001-57. Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento de frotas de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 10.024/2019, 3555/2000 e 9.507/2018, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 02/2020/TRE-RO. Vigência: 30 (trinta) meses, iniciando-se em 05/03/2020. Valor: R\$ 977.952,50. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.30.01. Nota de Empenho n. 2020NE000121, de 31/01/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 6360/2019-PRES/DG/GABDG, de 16/12/2019. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 64/2020-PRES/DG/GABDG, de 23/01/2020. Signatários: pelo Contratante, o Senhor FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor-Geral em Substituição do TRE-RO e, pela Contratada, os Senhores LUCIANO RODRIGO WEIAND e DIEGO VITÓRIA DE MORAIS, Processo SEI: 0002603-23.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/02/2020, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0501226** e o código CRC **C78A6018**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 05/02/2020 14:33:31.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 26, quinta-feira, 6 de fevereiro de 2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 2/2020/TRE-RO, assinado 05/02/20. Pregão 01/20. Contratada: TICKET SOLUÇÕES HDFTG S.A, CNPJ n. 03.506.307/0001-57. Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento de frota de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento Legal: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 10.024/2019, 3555/2000 e 9.507/2018 e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato. Vigência: 30 meses dias, iniciando-se em 05/03/20. Valor Total: R\$ 977.952,50. Programa de Trabalho: 0212200320GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.30.01. Nota de Empenho 2020NE00121, de 31/01/20. Homologação: Despacho 64/20 /DG, de 23/01/20. Signatários: FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor-Geral em Substituição do TRE-RO e pela Contratada, LUCIANO RODRIGO WEIAND e DIEGO VITÓRIA DE MORAIS. Processo SEI: 0002603-23.2019.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Locador: Egon Christiano Wurster. CPF do Locador: 105.495.449-68. Objeto: Termo Aditivo n. 004/2020, referente ao Contrato n. 112/2017, cujo objeto é a locação de sala para ampliação do Cartório da 4ª Zona Eleitoral - Tangará/SC, registra a renúncia do Locador ao direito de reajustamento do valor da locação, referente ao período de 10/11/2018 a 09/11/2019. Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 15/01/2020. PAE n. 54.844/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Locadora: Regina Estácio Gonçalves. CPF da Locadora: 004.111.719-09. Objeto: Termo Aditivo n. 005/2020, referente ao Contrato n. 122/2016, cujo objeto é a locação de sala comercial para abrigar o Cartório da 73ª Zona Eleitoral - Imbituba/SC (registra a renúncia da Locadora ao direito de reajustamento do valor da locação, referente ao período de 07/11/2018 a 06/11/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 20/01/2020. PAE n. 177.592/2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO
Nº Processo: DLF 4/2018 - CONTRATADA: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA- OBJETO: prorrogação da vigência por um período adicional de 12 (doze) meses, referente ao exercício 2018/2019 e acrescer 01 (um) novo ponto temporário instalado na Sala dos Juízes da Propaganda, pelo período de 6 (seis) meses, com início no dia 1º de junho de 2018 e término no dia 19 de dezembro de 2018 nos termos do Contrato original - DATA DE ASSINATURA: 30/04/2018 - SIGNATÁRIOS: Senhor Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e o Senhor André Renato Magrini Ribeiro, pela Contratada. São Paulo, 04 de fevereiro de 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Credenciamento 021/2020, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a CLÍNICA DE PSICOTERAPIA EQUILÍBRIO DO SER LTDA. b)Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PRÓ-SAÚDE do TJDF, no âmbito do DF. c)Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. d)Vigência: 60 meses, a partir da data de sua publicação no DOU. e)Data da assinatura: 05/02/2020. f)PA: 0028375/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 0023619/2019. OBJETO: Contratação do profissional Antônio Isidro da Silva Filho, para a realização dos serviços de consultoria para "Desenvolvimento e implementação do Laboratório de Inovação do TJDF". CONTRATADA: MENSE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL LTDA. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, c/c art. 13, III, e §3º, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 49.200,00. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 05/02/2020.

EXTRATO DE RESCISÃO

a)Espécie: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços 031/2016, firmado entre a União, por intermédio do TJDF, e a RIO PRETO ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA (INFINITA ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR S/A). b)Objeto: Rescindir o contrato inicial. c)Fundamento Legal: Art. 79, II, da Lei 8.666/93 c/c cláusula 14ª, II, do contrato inicial. d)Vigência: A partir de sua publicação no DOU. e)Data de assinatura: 04/02/2020. f)PA: 21.307/2015.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao contrato 195R001 celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO - CNPJ 01.298.583/0001-41 e IBM BRASIL - INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 33.372.251/0028-76. OBJETO: Extensão da vigência até 30.01.2021, com manutenção do valor mensal atualmente praticado. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, II e parágrafo segundo, da Lei 8.666/1993. Processo e-PAD 35017/2019. DATA DA ASSINATURA: 30/01/2020. SIGNATÁRIOS: André Luiz Moraes Mascarenhas (pelo Contratante) e Viviane Freitas Polici (pela Contratada). 20TA011 - e-PAD 3183/2020.

EXTRATOS DE DOAÇÃO

Espécie: Termo de Doação. DOADOR: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO - CNPJ 01.298.583/0001-41. DONATÁRIO: ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E AMIGOS DO RIO DOCE - APARD - CNPJ 07.793.111/0001-41. OBJETO: Desfazimento, mediante doação, de bens inservíveis, classificados como antieconômicos, procedentes da 1ª Vara do Trabalho de Governador Valadares, avaliados em R\$ 1.830,00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 17, II, "a" da Lei 8.666/93, nos arts. 3º, III e 8º, II do Decreto nº 9.373/2019, art. 7, I, IN GP nº 44/2018, Processo e-PAD 29497/2019. DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020. SIGNATÁRIOS: André Luiz Moraes Mascarenhas (pelo doador) e Márcio Antônio Pinto Brandão (pelo donatário). 20DB007 - e-PAD 2595/2020.

Espécie: Termo de Doação. DOADOR: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO - CNPJ 01.298.583/0001-41. DONATÁRIO: COMANDO DA AERONÁUTICA - GRUPO DE APOIO DE LAGOA SANTA - GAP-LS - CNPJ 00.394.429/0186-62. OBJETO: Desfazimento, mediante transferência de bens de tecnologia da informação classificados como ociosos, avaliados em R\$43.130,00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 3º, I, 5º, II e 6º do Decreto 9373/2018, art. 7, III da IN GP 44/2018 do TRT3, Processo e-PAD 20389/2019 e 20558/2019. DATA DA ASSINATURA: 31/01/2020. SIGNATÁRIOS: André Luiz Moraes Mascarenhas (pelo doador) e Rodrigo Moro Loureiro (pelo donatário). 20DB008 - e-PAD 2735/2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020

PROCESSO: 273/2020. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de Vacinas contra Gripe 2020. ABERTURA: 19 de fevereiro de 2020, às 10 horas (horário de Brasília). LOCAL: Ambiente eletrônico no site da Internet www.comprasnet.gov.br, provido pelo SERPRO. EDITAL: Disponível no mesmo endereço eletrônico e no site www.trt5.jus.br.

Salvador, 5 de fevereiro de 2020.

RICARDO ALMEIDA DE BARROS

Pregoeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Extrato do Termo de Cessão de Uso Gratuito do Sistema de Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC-TRT6) entre o Tribunal do Trabalho da 6ª Região- TRT6 (Cedente) e o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE (Cessionário). PROAD. TRT6 nº 13.204/2019. OBJETO: cessão de uso do Sistema CPTEC-TRT6 para possibilitar a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Resolução 233/2016 do CST. DATA DA ASSINATURA: 21.01.2020. Assinam o presente instrumento, pelo TRT6, a Exma. Sra. Desembargadora Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Dione Nunes Furtado da Silva e, pelo TRE/PE, o Exmo. Sr. Desembargador Presidente, Frederico Ricardo de Almeida Neves.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020 - UASG 80004

Nº Processo: 7012/2019. Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para a eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial de impermeabilização de lajes e reservatórios das edificações do Trt 7ª Região no Estado do Ceará, por empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades, exigências e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. - Total de Itens Licitados: 6. Edital: 07/02/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Av. Santos Dumont 3384 Bairro Aldeota, - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/80004-5-00001-2020. Entrega das Propostas: a partir de 07/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/02/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FRANCISCO MARCEYRON NEVES VIEIRA

Pregoeiro

(SIASGnet - 05/02/2020) 80004-00001-2020NE09999

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE ADEÇÃO

Espécie: Termo de Adesão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (CNPJ 03.141.166/0001-16) ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, firmado em 26/3/2019. Objeto: intercâmbio e cooperação técnica visando o compartilhamento de conhecimentos e uso recíproco de tecnologias para implementar uma via de comunicação por intermédio de imagem e voz em tempo real com o objetivo de otimizar a oitiva de testemunhas. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Processo Proad TRT9 nº 189/2020. Assinatura do termo de adesão: 20/11/2019, pela Presidente do TRT 9ª Região: Marlene Teresinha Fuverski Sugimatsu.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 9/2015. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Contratada: OI S.A. - CNPJ 76.535.704/0001-43. Objeto: prorrogação da vigência do Contrato, por doze meses, a contar de 22/01/2020; exclusão dos serviços referente ao lote 5. Data da assinatura: 20/1/2020. Dotação Orçamentária: Programa: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00. Fundamento legal: artigo 57, §9º, da Lei 8.666/1993. Vinculação: Pregão 108/2014, Processo Geral 1.018/2014, Proad 2263/2019. Signatários: Sérgio Murilo Rodrigues Lemos - Presidente, pelo Contratante; Carlos Alberto da Costa Barbosa - Gerente de Vendas - e Jean Silva - Procurador, pela Contratada.

DIREÇÃO-GERAL

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Carta-contrato nº 225/2019. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - CNPJ 03.141.166/0001-16. Contratada: A Polyvalente Desentupidora Hidro e Saneamento Eireli, CNPJ 04.488.871/0001-57. Vinculação: Proad PP nº 1617/2019 e Proad nº 274/2019. Objeto: Rescisão da carta-contrato de serviços de limpeza em altura. Embasamento legal: artigo 79, I, da Lei nº 8.666/93. Data da rescisão contratual: 04/12/2019. Os autos estão à disposição de quaisquer interessados junto à Ordenadoria da Despesa, sito na Av. Vicente Machado, 147, 9º andar, Curitiba-PR, das 11 às 17 horas, para que dele possam ter vista franqueada. Informações pelo telefone (41) 3310-7072.

AVISO DE PENALIDADE

O TRT da 9ª Região torna público que foi aplicada à empresa A Polyvalente Desentupidora Hidro e Saneamento Eireli, CNPJ 04.488.871/0001-57, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Tribunal do Trabalho da 9ª Região, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data desta publicação, conforme processo de aplicação de penalidade Proad PP nº 1617/2019. Fundamento legal: art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993. Vinculação: Proad 274/2019, e Despacho da Ordenadoria da Despesa nº 2137/2019. Os autos estão à disposição de quaisquer interessados junto à Ordenadoria da Despesa, situada na Av. Vicente Machado, 147, 9º andar, Curitiba/PR, das 11 às 17 horas. Informações pelo telefone (41) 3310-7072 ou e-mail ordenadoria@trt9.jus.br.

PATRICIA AIMÉE BRUEL ANTONIO

Ordenadora da Despesa



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.trt5.jus.br/licitacoes/assinatura.html>, pelo código 05302020202020200155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

